

Em a 3

**DEBATE**

FEVEREIRO  
76

**21**

**SITUAÇÃO  
POLITICA NACIONAL  
CAMPONESES  
PETROLEO**

## O PRESENTE NUMERO DE DEBATE

O avanço da luta pela democracia no Brasil, combinado às dificuldades econômicas crescentes com que se defronta o país como resultado de uma política de regressão social e de traição nacional que vendeu aos grandes monopólios, estrangeiros e nacionais, a miséria de nosso povo, se traduz, no interior das classes dominantes, pelo agravamento da crise de hegemonia, acirrando o conflito entre fascistas e liberais de direita, e levando os setores politicamente mais lúcidos da burguesia brasileira a buscar uma alternativa política à ditadura militar terrorista. Única publicação do movimento revolucionária a ter, há vários anos, indicado as tendências fundamentais da evolução política e econômica do regime delas extraindo as linhas gerais do programa da democracia revolucionária, isto é, da alternativa operário-camponesa à crise da dominação burguesa no Brasil, DEBATE desenvolve, no editorial do presente número, consagrado à situação política nacional, a análise concreta da evolução dos acontecimentos e indica seus desdobramentos mais prováveis assim como as principais orientações das forças revolucionárias da democracia, protagonistas decisivos do momento histórico que vivemos.

O estudo de A. Silva que leva em conta os resultados mais avançados do último censo, assim como da mais recente literatura especializada, mostra que o processo de diferenciação de classes no interior do campesinato leva não somente ao crescimento do proletariado rural - expressão geral da penetração no campo das relações de produção capitalistas - mas preserva e reproduz diversas formas da economia camponesa, desde a mais precária, como é o caso dos posseiros, até as formas mais modernas da pequena produção mercantil agropecuária. Insistindo no importante papel econômico desempenhado pela produção camponesa, A. Silva, que em artigos publicados em números anteriores de DEBATE analisou concretamente as contradições entre Propriedade Fundiária, Capital e Produção Camponesa (artigos sobre o trigo, o leite e a carne) demonstra a necessidade histórica da aliança operário camponesa refutando cabalmente o doutrinário "de esquerda" que na prática - quando não na "teoria" - aconselha a só se interessar pelo campesinato na medida em que este estiver "em vias de proletarianização".

Marta Alves identifica no artigo sobre os contratos de risco, a significação política da ruptura do monopólio estatal, mostrando entre os diferentes elementos e fatores que concorreram para esta nova capitulação da ditadura diante do imperialismo e dos monopólios estrangeiros, a situação atual da produção e do mercado de petróleo, e o agravamento da crise da balança de pagamentos do Brasil. O artigo, que se inscreve numa série de estudos sobre o setor de Estado e os monopólios, publicados em números recentes de DEBATE, constitui a análise a mais concreta e mais completa desenvolvida sobre a questão na imprensa socialista brasileira.

A grande atualidade dos temas tratados no presente número, notadamente em nosso editorial e no artigo de Marta Alves, nos fizeram postergar para os próximos números a série de estudos sobre o movimento operário, iniciada em DEBATE-18. Os limites de espaço nos forçaram a optar entre o urgente e o permanente...

## SITUAÇÃO POLÍTICA NACIONAL E A LUTA PELA DEMOCRACIA

### 1. A "distensão" e a nova vaga terrorista : onde vai o regime ditatorial?

Em diversos editoriais de DEBATE (números 15 e 17, em especial) e na Plataforma para a União dos Comunistas, insistimos no duplo caráter histórico da ditadura militar terrorista em nosso país. De um lado, modo de organização do poder de Estado posto a serviço da acumulação monopolista acelerada, resolvendo pela direita a crise de desenvolvimento capitalista, que a fração nacional democrática da burguesia se propunha resolver pela esquerda. De outro lado, expressão da crise de hegemonia burguesa no Brasil, isto é, da incapacidade da classe capitalista em dirigir politicamente a sociedade, levando-a a entregar à burocracia militar o exercício direto do poder de Estado.

O regime militar terrorista realiza, portanto, no lugar dos representantes políticos diretos da burguesia monopolista, a política da concentração e da centralização do Capital em nosso país. Vale dizer: embora sua existência traduza uma crise de hegemonia burguesa, a ditadura militar constitui uma "solução" para esta crise, não no sentido de que a tenha suprimido (sua própria existência, que do ponto de vista da própria burguesia, constitui uma "anormalidade", uma "exceção", manifesta a continuidade da crise hegemônica), mas no sentido de que conseguiu consolidar-se, por mais de uma década, como regime de crise.

Convencidos de que formulando nestes termos a questão do regime político brasileiro, o estamos formulando em termos marxistas, parece-nos imprescindível travar enérgica luta de idéias contra praticamente todas as outras correntes de nosso movimento comunista e revolucionário, que, perplexas diante de uma situação política cujas particularidades - algumas das quais historicamente inéditas - escapam a seu limitado horizonte teórico, tratam de agarrar-se ao passado, identificando-o genericamente com o fascismo, ou, o que nos parece politicamente muito mais grave e lastimável de copiar servilmente a imagem que o regime dá de si próprio.

Não hesitam, nesse sentido, em retomar a noção de "institucionalização" do regime - lançada por representantes de uma fração das classes dominantes - como se ela fosse um problema político real, como se fosse outra coisa além de uma longa e monótona negociação entre o Alto Comando Militar e a corrente liberal de direita das classes dominantes, visando modificar, no sentido de sua consolidação, a fachada jurídico-parlamentar do terrorismo a serviço dos monopólios. O contrabando ideológico das noções burguesas para o interior do movimento comunista e da oposição democrática, só pode dar margem a confusões, desorientando os que lutam contra a ditadura.

A ditadura militar conseguiu, durante uma década, consolidar-se como regime de crise. Uma crise que se consolida é uma contradição. Mas uma contradição real do processo político brasileiro. Nos últimos anos os fatores de crise, mais profundos e determinantes que os fatores de consolida-

ção, têm se reativado. Entre estes fatores emergentes de crise estão a ascensão, ainda que lenta, limitada e hesitante, das forças democráticas, o agravamento da situação econômica ameaçando a continuidade da acumulação monopolista e da expansão capitalista em geral, e o consequente enfraquecimento da coesão dos interesses dominantes articulados em torno da ditadura militar e dos monopólios. A nova vaga terrorista, que atinge agora camadas sociais mais amplas que aquelas que se levantaram, em 1968, decorre em linha direta desta conjugação de fatores de ruptura e de equilíbrio político estabelecido pelo terror ditatorial e pela euforia capitalista do início da década. Ela representa portanto um mecanismo compensador de que se serve o regime para tentar deter o avanço das forças democráticas que, como ficou patente no caráter plebiscitário assumido pelas eleições legislativas de 1974, encarnam as aspirações da grande maioria da população e de modo especial das massas operárias. Seria dar prova de grande irresponsabilidade subestimar os efeitos intimidatórios da histeria dos militares fascistas abertamente ligados ao terror e à tortura cujos porta-vozes são, entre outros, o comandante do II Exército, general Ednardo Davila Melo, o comandante do III Exército, general Oscar Luís da Silva, o chefe do Estado-Maior do Exército, general Fritz Manso, para não falar em acólitos como um certo tenente-coronel Carlos Oliveira, ajudante geral da Terceira Brigada de Infantaria Motorizada, sediada no Rio Grande do Sul, que num discurso posterior ao assassinato do jornalista Vladimir Hersog (a circunstância é importante, pois mostra até onde vai o desprezo que têm pela opinião pública os gorilas sanguinários que controlam o aparelho militar) declarou entre outras coisas que através da "psicopolítica" - que ele define como "a ciência que visa ao domínio das mentes dos homens e à domesticação dos povos e das nações e, quem sabe, até da noosfera, que seria a alma da terra" - tem a Rússia conseguido alterar a literatura democrática dos EUA e tem introduzido naquela nação os princípios de Karl Marx... até o ponto em que qualquer um que estuda a fundo a psicologia se converterá em candidato a comunista militante". (O Estado de São Paulo, de 19-XI-1975). Rosnar de louco furioso? Estupidez, ignorância, debilidade mental comandando batalhões mecanizados? Tudo isso e uma coisa mais grave ainda: a disposição em que estão os esbirros da ditadura de reprimir mais, de torturar mais, de aterrorizar mais, de assassinar mais. Nada mais triste que um louco furioso enjaulado. Nada mais perigoso que um louco furioso armado de tanques e canhões. A situação, portanto, é extremamente grave.

Mas ela é grave justamente porque ela não é boa para a ditadura. O terror se defronta com uma resistência que se alarga, incluindo até a direita liberal pró-imperialista (o Estado de São Paulo, principal porta voz desta corrente, não hesitou em falar, em editoriais do "terror" reinante no país, ou em declarar que "antes de ser contra a lei, é contra a humanidade empregar métodos de coação moral, psicológica ou física para obter confissões de culpa" (2-XX-1975), fórmula que por ser bastante eufemística não deixa de ter endereço certo). A resistência democrática não somente se alarga como se fortalece, tendendo a ganhar confiança em si mesma, à medida que vai encontrando formas mais adequadas de manifestação e, também, ocupando com mais decisão a estreita e sempre instável faixa de expressão oposicionista admitida pelo regime por força de suas próprias contradições. Pode-se mesmo afirmar neste sentido que, politicamente o regime está hoje na defensiva e que sua contra-ofensiva terrorista dificilmente terá sucesso, isto é, dificilmente conseguirá intimidar por muito tempo as camadas sociais e as forças políticas que nos últimos anos têm claramente manifestado sua vontade de por fim ao estado de coisas reinante no país.

A opinião liberal se clarifica a tal ponto que o jornal Folha de São Paulo, em seu editorial de 11-XI-1975, critica a tese de Arroubas Martins - que no entanto se alinha no campo da direita liberal - da "institucionalização jurídica da intervenção militar na política", através da criação de um "Conselho de Estado", contrapondo-a à do general Ariel Pacca, comandante da 2ª Região Militar, que declarou que "ninguém é dono da verdade" e "porisso há necessidade de discordar, inclusive na política".

As forças revolucionárias da democracia não devem permanecer indiferentes às opções políticas com que se defronta a classe dominante, mas devem avaliá-las em seu alcance real, senão, quaisquer que sejam suas pretensões, estarão fracassando naquilo que constitui o seu dever mais elementar: saber definir com independência ideológica (em relação às idéias dominantes, que são as idéias da classe dominante) a orientação política justa na luta contra a ditadura.

Consideradas em abstrato, isto é, sem referência aos interesses sociais e às forças políticas que lhes dão substância, são quatro as opções com que se defrontam os diferentes círculos políticos da classe dominante e do aparelho militar no referente ao futuro do regime. 1.) deixar as coisas como estão, isto é, manter a dualidade institucional entre o poder absoluto que se arroga o Alto Comando Militar através do Ato-5 e a Constituição de 1967, edição 1969, em estado de hibernação. 2.) incorporar o Ato-5 à Constituição. 3.) abrogar o Ato-5, atribuindo no entanto ao Conselho de Segurança Nacional ou outra instituição para-governamental, do mesmo gênero, poderes especiais de caráter ditatorial. Esta opção se distingue da anterior por implicar na supressão formal do Ato-5. 4.) abrogar pura e simplesmente o Ato-5, repondo em vigor a Constituição de 1967 em sua edição 1969 ou eventualmente numa nova edição, a questão importa pouco porque do ponto de vista democrático a Constituição de 1967 não exprime a soberania popular, tendo sido imposta por um governo ditatorial e aprovada por um Parlamento fantoche. O que não impede que esta quarta opção seja a única realmente positiva para todos os democratas, que fazem da abrogação do Ato-5 uma de suas principais palavras de ordem políticas imediatas.

A noção de "institucionalização" encobre basicamente a manobra política que visa incorporar o Ato-5 à Constituição. Neste caso pode-se afirmar rigorosamente que se trata de institucionalizar o regime, o que não se daria se fosse o caso de restabelecer na prática o princípio: "todo poder emana do povo e em seu nome é exercido". A aplicação deste princípio corresponderia a uma mudança de regime e não à uma maneira de institucionalizar a ditadura terrorista.

Sendo expressão da crise de hegemonia burguesa, a ditadura militar terrorista é um regime de exceção, porisso, do próprio ponto de vista da burguesia tem caráter provisório (o que é confirmado pelos sucessivos ditadores que prometem restabelecer, até o fim de seus mandatos, a democracia). Com o desenvolvimento das contradições no seio das classes dominantes, as divergências táticas têm se acentuado e vai-se configurando claramente a facção dos que querem resolver os problemas com que se defronta o regime, através de algumas transformações de forma jurídicas - que visam retirar-lhe o caráter transitório para dar-lhe um estatuto durável. Do ponto de vista das massas, essa operação política não implica em nenhuma alteração no conteúdo reacionário e terrorista do regime, pelo contrário, visa perpetuá-lo. Tudo isto mostra o cará -

ter tragicamente bizantino, para as forças democráticas, da interminável especulação em que se comprazem políticos burgueses e muitos militantes revolucionários, a respeito da "institucionalização" do regime.

A quarta possibilidade "abrogação do Ato-5, repondo em vigor a Constituição de 1967" pode ser considerada no quadro da política de "distanção", entendida como gradual auto-limitação do terrorismo de Estado e, portanto, como gradual restabelecimento de algumas liberdades políticas, evidentemente sem intervenção do movimento de massas, afim de modificar o regime sem alterar o caráter de classe do Estado. Para nós, marxistas, e la corresponde ao esforço de certos círculos da burguesia para definir uma alternativa ao regime de terror militar, isto é, a uma tentativa de encontrar o caminho para a superação da crise hegemônica.

Há um acordo para datar do discurso de 19 de agosto passado, feito pelo chefe do Estado, o início da nova escalada terrorista, ou, eufemística - mente, o "fim da distanção". É inegável que se anunciou ali a nova vaga de histeria do terrorismo militar que tem se prolongado até agora. Mas a fórmula de "fim da distanção" aceita como tal inclusive por forças democráticas e revolucionárias, é enganosa. Ela perde de vista uma das principais constantes do regime, a saber, que os sucessivos governos ditatoriais sempre trataram de desempenhar um papel de arbitragem entre as diversas facções que ao longo destes quase 12 anos tentaram imprimir ao aparelho governamental uma orientação coerente. Todos tiveram de recorrer a um processo mais ou menos complexo de composição de forças que em alguns casos levou a graves enfrentamentos conhecidos de todos. Portanto o que distinguiu politicamente cada um dos quatro governos ditatoriais, não foi o ter-se identificado com algum dos grupos de pressão surgidos no interior ou fora do aparelho militar - já que constantemente tiveram de arbitrar entre eles, através de negociações, manobras, concessões e às vezes golpes - mas o ter-se inclinado para a corrente política que em seu entender melhor representava os objetivos governamentais.

O governo Geisel se inclina em direção dos círculos liberais de direita e busca porisso mesmo limitar o controle assumido sobre o aparelho estatal, notadamente sob o governo Garrastazu Médici, pelos partidários mais extremados do terror militar. Ao fazê-lo, não está somente traduzindo o retorno aos centros de poder dos "castelistas". As peripécias da luta de facções nas altas esferas governamentais não obedecem apenas à lógica duvidosa da intriga palaciana (ou do coneavo de caserna). Expressam condições engendradas pelas condições particulares do desenvolvimento do capitalismo de monopólio em nosso país (financeira e diplomaticamente dependente do campo imperialista, especialmente dos Estados Unidos) e pela crise da hegemonia burguesa (a mais notória, sendo a existente entre a necessidade objetiva de uma certa estatização capitalista e o constante temor da burguesia monopolista e das camadas a ela ligadas de que esta estatização ultrapasse os limites indispensáveis à continuidade da acumulação do Capital). Estas contradições de que já tratamos em vários artigos de DEBATE, inclusive nos editoriais dos números 15 e 17, e que expusimos sistematicamente na Plataforma pela União dos Comunistas, são independentes da vontade deste ou daquele grupelho de chefes militares ou de representantes políticos da burguesia monopolista. O que mostra ainda mais claramente a criminosa cegueira dos círculos militares e políticos fascistas, que pretendem suprimi-la com mais terror e mais repressão...

Porisso mesmo, é superficial o ponto de vista daqueles que interpretam a nova vaga terrorista como uma capitulação do governo ditatorial de Ernesto Geisel às pressões dos protetores do DOI e outros centros de terror e

tortura. Justamente porque a crise hegemônica tem caráter crônico, o movimento pendular "distensão - repressão terrorista" é intrínseco à lógica objetiva da ditadura militar. Como já o salientamos, nenhum dos quatro governos ditatoriais escapou a esta oscilação, embora o terceiro, Garibaldi, mais que os outros, tenha se caracterizado por dar carta branca à fúria criminosa do terror militar. A necessidade da composição política entre fascismo e liberalismo de direita, traço constante da ditadura militar, já levou inclusive a várias tentativas de "institucionalização". A primeira consistiu em manter a Constituição de 1946 "modificada" pelo Ato-1. A segunda, após a nova vaga repressiva de 1965, expressiu-se na Constituição de 1967 e liquidou-se com o Ato-5. Há quem considerar (por exemplo o PCB, no documento em que preconiza uma misteriosa "frente patriótica contra o fascismo" que com o Ato-5 o regime passou de "reacionário" a "fascista". Tese estranha, porque considerar que com este quinto Ato houve um salto tão importante no rumo do fascismo é esquecer de que este Ato foi o quinto, e de que não foi nem mais nem menos ilegítimamente ditatorial que os quatro que o precederam e que a dezena que o sucedeu. Considerar que a incorporação do Ato-5 à Constituição de 1969 (terceira tentativa de "institucionalização") institucionalizaria o fascismo - como o fez a mesma organização política em sua propaganda eleitoral de 1974 - é admitir implicitamente que a Constituição de 1967, edição 1969, não é fascista. No plano jurídico, ao nível da pura interpretação de textos constitucionais, seria possível admiti-lo. Mas como esquecer que esta Constituição, em suas duas edições, foi imposta ao povo pelo terror, pela violência terrorista do Estado a serviço dos monopólios, numa palavra, pelo fascismo em seu sentido político-prático ?

O emprego indiscriminado da noção de fascismo como princípio universal de explicação só pode levar ao obscurantismo e à confusão, criando uma falsa impressão de conhecimento. No entanto, não iremos, como certos camaradas, a reboque da imprensa burguesa que se refere aos esbirros da ditadura, aos torturadores, aos gorilas assassinos e aos ativistas do terror, por eufemismos do gênero "os duros", "os ultras" etc. Nossa propaganda deve contribuir para que as massas os identifiquem naquilo que têm de comum com o fascismo, forma a mais criminosa e abjeta da contra-revolução em nossa época. Não se pode ignorar que o terrorismo militar traz praticamente a política fascista de uma fração das classes dominantes cujos líderes ocupam importantes postos de representação classista, como por exemplo o fascista Theobaldo de Nigris, presidente da Federação e do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo, que recentemente conclamava o "empresariado" a "urgentemente enfrentar os inimigos do país, denunciá-los, combatê-los com todas as forças, desmascarando-os perante a opinião pública... perturbadores da ordem e do trabalho, que sabemos muito bem a que ideologia espúria se entregam para alimentar fins inconfessos e deletérios ao país, à sociedade e à família... eles agem subrepticiamente, estão nos lares, nas escolas, nas empresas, nas repartições nas praças públicas, matreiros, servindo-se das ocasiões que se apresentam para solapar, sabotar, anular os esforços e sacrifícios em que estamos empenhados para desenvolver o Brasil..." (O Estado de São Paulo, 22-XI-1975).

O fascismo brasileiro, com raras e insignificantes excessões (o finado Plínio Salgado, o cadáver moral Gustavo Corção, o CCC, a TFP, etc) sempre foi, do Manifesto dos Coronéis, das Marchadeiras, ao general Dávila Melo e seus comparsas, um fascismo envergonhado, sem projeto ideológico, nem organização política própria, incapaz portanto, de clarificar o quadro político e institucional e a natureza mesma do regime, no qual coexistem a ditadura do Alto-Comando Militar e o Parlamento burgues, o Ato-

5 e a Constituição, o Esquadrão da Morte e o Código Penal. Seria ridículo considerar que esta híbrida coexistência é casual e que, como bradava Voz Operária em 1973 e 1974, uma vitória eleitoral da ARENA poderia suprimi-la em favor da clarificação fascista... Na verdade, ela traduz uma crise histórica da burguesia em nosso país e persistirá enquanto persistir a ditadura, enquanto não se consolidar a democracia em nosso país. Por isso, a vaga terrorista atual deve ser encarada como um dos incontáveis movimentos pendulares que constituem a expressão concreta da crise hegemônica da burguesia brasileira. No que depender de sua própria dinâmica interna, o regime militar terrorista a serviço dos monopólios não irá a parte alguma: continuará oscilando em sucessivas compressões e descompressões, distensões e tensões até que se reunam as condições para que as forças democráticas conduzam este equilíbrio instável a um ponto de ruptura. Não se pode, no entanto, afastar a hipótese, a medida que se aprofunda o desgaste político do regime, de que o grupo torturador mais exacerbado tente um novo "golpe no golpe" (o manifesto fascista-histórico dos auto-denominados "Voluntários da Pátria" é significativo, nesse sentido) se considerar que um novo movimento pendular no sentido da descompressão for muito longe. Hipótese que reservaria dias ainda mais sombrios para o nosso povo. Mas o movimento democrático cresceu o suficiente para não se intimidar com a chantagem fascista. A corajosa solidariedade dos democratas à memória de Vladimir Hersog -inclusive a do Sindicato dos Jornalistas, bela chama nesta hora de braseiro- está aí, para demonstrá-lo.

## 2. Dispõe a burguesia de uma alternativa política à ditadura militar?

Afirmamos que politicamente a crise hegemônica da burguesia brasileira se exprime no fato de que ela não exerce diretamente o poder de Estado (isto é, não o exerce através de seus partidos políticos). Discutir as origens desta crise escapa aos propósitos do presente editorial, tanto mais que tem constituído preocupação constante dos comunistas de DEBATE e representa um dos temas mais importantes da Plataforma Para a União dos Comunistas. O que aqui importa constatar, no que a situação atual se refere, é a contradição entre a prosperidade econômica e a miséria política da burguesia brasileira. Boa parte de seus líderes corporatistas (os personagens que estão à testa das Federações da Indústria, das Associações Comerciais, das Sociedades rurais, etc.) bem como seus representantes políticos ligados ao regime (os líderes da ARENA) têm se comportado como uma maffia de vis bajuladores dos chefes militares financiando desavergonhadamente as equipes de torturadores.

É perfeitamente compreensível, nestas condições, que reagindo contra a degradação que, levando ao paroxismo a lógica do terror militar, acaba incomodando a própria classe dominante -temerosa de resto de que o poder absoluto do aparelho militar a impeça de controlar o processo objetivamente necessário de uma certa estatização capitalista- retomem a prumo e mesmo importância duas correntes históricas bastante diferenciadas, tanto no plano de suas bases sociais quanto no de suas orientações políticas: o liberalismo de direita, que representa essencialmente o ponto de vista da burguesia monopolista para a qual o terror militar é um regime útil desde que temporário, uma forma historicamente transitória de assegurar a "segurança" e o "desenvolvimento", isto é,



de defender o Estado capitalista e o lucro monopolista, e o nacionalismo democrático que representa essencialmente o ponto de vista das camadas não-monopolistas da burguesia e em geral as camadas populares sob sua influência. A primeira, cujos interesses objetivos são os mais favorecidos pela política econômica da ditadura militar, à ela se opõe frouxamente, como é natural. Controlando a imprensa de grande circulação exerce considerável influência sobre largos círculos da burguesia e das camadas médias (inclusive na medida em que é continuadora do udenismo, que foi por excelência um movimento político da direita liberal). A ela corresponde no interior do aparelho militar o "castelismo" com o qual coincide ao preconizar a "distensão". A segunda, que com mais ou menos coerência, defende uma plataforma nacional e democrática, oscilando continuamente, do nacionalismo burgues ao anti-imperialismo e do liberalismo burgues à democracia social, tende a se reagrupar no MDB, embora dado o caráter artificial e arbitrário do bi-partidarismo existente, esteja longe de com ele coincidir. Mas é inegável que o relativo fortalecimento do partido da oposição tolerada, notadamente a partir do processo eleitoral de 1974 criou condições favoráveis para que nele se reconheçam a maioria destas forças.

Não existem uma ideologia burguesa nem uma plataforma política burguesa, em si, mas correntes políticas burguesas com maior ou menor perspectiva histórica, capazes ou incapazes de dirigir diretamente a sociedade e de levar em conta ao perseguir seus interesses egoístas de classe, o ponto de vista do Estado nacional. É em função destes critérios que falamos em miséria política da burguesia, determinada historicamente por seu compromisso com o latifúndio e a sua capitulação diante do imperialismo e que se exprime na época de sua transformação monopolista, pelo estabelecimento do regime militar terrorista. Globalmente, a evolução política recente da burguesia, com o reaparecimento de uma ala liberal de direita e uma ala nacional-democrática exprime a determinação em que se encontram os círculos politicamente mais ativos das classes dominantes de preparar o terreno para uma mudança no regime senão de regime. No entanto, esta ação provoca uma reação igual e contrária, por parte das forças burguesas dispostas a conservar o regime militar terrorista. É de se esperar, portanto - e isto já vem acontecendo, como o mostramos anteriormente - que a intensificação da luta política inter-burguesa repercuta no aparelho militar, ao mesmo tempo que a evolução política do aparelho militar repercute no comportamento da burguesia.

Uma coisa é certa no entanto: as forças da democracia deram nos últimos anos um passo à frente. E o sinal mais evidente é que hoje defendem uma plataforma mais completa do ponto de vista democrático-burgues. Que se compare por exemplo - trata-se de um exemplo entre muitos - a trajetória do semanário Fato Novo pioneiro no ramo - com a do semanário Opinião. O primeiro, de duração efêmera - é verdade que apareceu nos momentos mais sombrios do sombrio governo ditatorial de Garrastazu Médici - combinava ardente pregação nacionalista, inclusive com posições anti-imperialistas a grosseiro oportunismo no referente à questão da liberdade política, tendo chegado nesse domínio bem perto da perfeição ao publicar por exemplo, um editorial em torno do tema "Ato-5 para fazer reformas"! Já Opinião vem há tres anos defendendo com coragem uma orientação nacional e democrática coerente, abrindo inclusive suas páginas aos problemas dos trabalhadores. Esta orientação se encontra ainda mais acentuada no recente Novo vimento que se propõe inclusive defender orientações democráticas e anti-imperialistas desvinculadas de grupos burgueses.

Este inegável avanço político das forças democráticas e nacionais conver

ge com o do MDB que de simples força opositora oficial tem se tornado ex pressão política tolerada da oposição real ao governo ditatorial. Podem estas forças, na situação atual, dar mais um passo adiante? Podem contribuir decisivamente ao isolamento dos fascistas dentro e fora das Forças Armadas? Numa nota publicada no semanário Movimento (número 23, 8-XII-1975) o ex-deputado Francisco Pinto, cuja coragem política ninguém pode por em dúvida, critica acerbamente os "irrealistas" do MDB, cujas "sôfregas esperanças de poder" não levam em conta que "a oposição é orfã de efetiva sustentação que, em verdade nunca buscou". Observando que o "quadro atual pode sofrer alterações" as quais tanto podem ir no rumo de "alentar substancialmente a oposição nos seus sonhos coloridos de conquista do poder" quanto no de "destruí-los a curto prazo" (vale dizer, a corrente fascista, especialmente a maffia torturadora no seio das Forças Armadas pode tanto ser neutralizada, o que permitiria um novo e mais amplo movimento pendular de distensão, quanto contra-golpear e assumir o controle completo do aparelho militar e do poder estatal), Francisco Pinto acha "mais sedutora" a fórmula que atribui "a alguns setores governistas mais responsáveis" e que consistiria "dentro da filosofia de distensão lenta, gradual e segura", na "ampliação do colégio eleitoral para a escolha de governadores de Estado". O combativo ex-parlamentar bahiano, para o qual a distensão já virou até "filosofia", embora no caso se trate de uma filosofia estóica, posto que consistiria em esperar "as eleições diretas para 1982" (e por que não o fim da tortura para o ano 2 000?), acredita portanto, que a melhor maneira de isolar o fascismo é evitar enfrentamentos políticos diretos e ganhar tempo, já que o tempo trabalharia a favor da distensão. Nós marxistas consideramos que a tentativa de isolar o fascismo no terreno das instituições ditatoriais, sem combatê-lo em todas as frentes, rebaixa a luta pela democracia a um acerto de cúpula, de resto extremamente duvidoso. Há no entanto, neste triste "reame" de Francisco Pinto considerações interessantes, que os democratas devem levar em conta ainda que seja para tirar conclusões opostas.

A primeira se refere à evolução da política emedebista: colocar no centro da batalha política outros objetivos que não sejam a reconquista liberdade e sobretudo, objetivos em aparência "mais avançados" (governar transformar-se em partido dos assalariados) só serve para criar ilusões e confusões, rebaixando os objetivos da luta democrática. A não ser que como exemplo de governo emedebista se considere o de Chagas Freitas na Guanabara e que por assalariados se entenda a aristocracia, muito bem paga de trabalhadores intelectuais dos centros urbanos mais desenvolvidos como São Paulo...

A segunda se refere ao problema da carência de "efetiva sustentação" que segundo Francisco Pinto, a oposição "nunca buscou". Duas passagens de sua já citada nota permitem compreender a natureza desta "efetiva sustentação que falta ao MDB: 1) "a rotatividade do poder nos países latino-americanos não é apenas uma consequência da decisão popular, mas o resultado de uma decisão popular devidamente respaldada" 2) outros ingredientes são exigidos, além do apóio popular para que se acalentem as "sôfregas esperanças de poder dos ardorosos opositoristas". Interessa menos, aqui, criticar o fundo destas teses "descrença nacional-democrata pequeno-burgues na iniciativa das massas, confusão vulgar entre o problema geral da violência como base da dominação de classe (em qual sociedade dividida em classes a decisão popular basta para assegurar a "rotatividade do poder"?) Com o problema específico, não à América Latina (porque não há ditadura militar em todos os países latino-americanos) mas a certos países, entre os quais o Brasil, onde a ditadura militar aparece como resposta reacionária à eninência de transformações sociais e econômicas

progressistas- do que salientar a justa obsevação político-prática que delas se desprende, a saber, que a oposição democrática não dispõe de uma política militar. As forças armadas constituem, sem dúvida, o principal "respaldo" ou "sustentação" da ditadura militar a serviço dos monopólios. Francisco Pinto tem razão ao assinalar, exprimindo com lucidez, o ponto de vista das forças não-revolucionárias da democracia (isto é das forças que excluem ou minimizam a intervenção direta das massas na derrubada da ditadura) que é necessário modificar a atual correlação de forças entre fascistas e não-fascistas no interior do aparelho militar, afim de que se produza no país uma real abertura política. Não cabe a nós, mas à democracia burguesa definir esta política. Evidentemente trata-se de uma tarefa delicada, inclusive para os chefes da direita liberal com costas-quentes, quanto mais para os democratas da pequena-burguesia. Menos do que parece, no entanto, já que não se trata de fomentar conspirações visando a um eventual -e por ora bastante inviável golpe liberal, mas de trazer para o debate político o problema que alguns chefes militares chamaram de "desengajamento controlado das Forças Armadas (por exemplo, o general Souto Malan em discursos pronunciados em 1972). É interessante notar neste sentido, que uma das teclas nas quais mais têm batido os gorilas torturadores -Ednardo Dávila por exemplo) é a da unidade das Forças Armadas. Ora, nem é preciso sair do ponto de vista liberal-burgues, para lembrar a estes torturadores, bem como aos assassinos de casaca que lhes dão "cobertura parlamentar" -os José Bonifácio, Dinarte Mariz, Petrônio Portela e outros fascistas envergonhados do mesmo tipo, incluída a ala chaguista do MDB- que não há nenhuma razão "a priori" para que a unidade das Forças Armadas se faça em torno dos homens do DOI, do CODI, da OBAN. A situação que conduziu e mantém na cúpula do aparelho militar os chefes do terror militar não é irreversível, sobre a base da organização capitalista do poder estatal. Por isso mesmo a propaganda dos fascistas consiste em fazer crer que sem eles a unidade das Forças Armadas estaria comprometida: justamente porque na da garante, a médio prazo, a irreversibilidade da posição de força que ocupam no aparelho militar, eles têm de agir continuamente afim de impedir que a reversão possível se produza. No entanto, na medida em que parcelas ponderáveis da opinião burguesa, inclusive os grupos de pressão que controlam os grandes meios de comunicação social, na medida em que as forças nacionais e democráticas continuarem ocupando com tenacidade -como o tem feito, por exemplo, os semanários surgidos nos últimos tempos- a estreita faixa de contestação política que o regime por suas próprias contradições é levado a tolerar, então tornar-se-á cada vez mais provável, que no seio das Forças Armadas, como reflexo desta evolução, se fortaleça o chamado "castelismo", isto é, a versão militar do liberalismo de direita, cujo pensamento político, expresso no mais das vezes na linguagem pernóstica e rebarbativa que constitui a marca registrada da Escola Superior de Guerra, pode ser resumido na convicção de que o exercício do poder de Estado pelo Alto-Comando Militar deve ter caráter excepcional e transitório, a verdadeira estabilidade política supondo que a classe economicamente dominante seja também a classe politicamente dirigente. Restabelecer esta situação é restabelecer o que a direita liberal chama de "normalidade constitucional". As Forças Armadas, organicamente separadas da sociedade civil estão socialmente ligadas, no que ao corpo de oficiais se refere, à classe dominante. Por isso mesmo, é absurdo pensar que a ditadura militar sobreviverá contra a vontade da burguesia, em que pesem o rosnar dos Ednardos e outros gorilas manchados no sangue de democratas e trabalhadores. Donde a importância da batalha política contra o terrorismo militar e o fascismo.

### 3. A oposição democrática e a resistência revolucionária

O lugar que nesta batalha podem e devem ocupar as forças revolucionárias da democracia, especialmente os comunistas, não se define somente pelas palavras de ordem imediatas que exprimem as aspirações comuns de todos os democratas. Porque estas palavras de ordem devem ser extremamente amplas, devem realmente ser comuns a todos os democratas que lutam pelas liberdades políticas, devem favorecer a unidade de ação de todas as forças anti-ditatoriais. Palavras de ordem esquerdistas do tipo "construir o Exército Revolucionário", além de perfeitamente estêreis só podem servir para isolar os revolucionários, empurrando as correntes nacionais e democráticas da burguesia, para a área de influência da direita liberal, pondo-as a reboque da política de "distensão gradual". Evidentemente sempre que a resistência popular à ditadura for levada, pela dinâmica da luta de massas a enfrentamentos violentos e mesmo armados com o poder ditatorial e em geral com a repressão das classes dominantes, coisa que de resto acontece frequentemente no campo, o dever dos revolucionários é apoiá-los. Mas no Brasil atual a insurreição popular não está na ordem do dia, e enquanto não estiver, lançar palavras de ordem insurrecionais é brincar com a insurreição. Porque o problema da insurreição não se coloca em termos locais -em termos de ações violentas e armadas de núcleos de massa camponeses, por exemplo- mas sim no terreno da organização militar do poder de Estado. Por isso o que cabe aos comunistas não é especular com desdobramentos futuros da luta de massas, mas definir uma orientação política baseada na situação concreta. Sem o que, nunca se porão à frente das forças da democracia, na luta pela derrubada da ditadura.

Uma justa palavra de ordem comum a todas as forças da democracia na situação concreta que vivemos, deve essencialmente cumprir os seguintes requisitos: 1) ter um nítido caráter anti-ditatorial; 2) ser formulada de maneira a poder ser defendida em frentes de massa diretamente expostas à repressão; 3) ter um conteúdo largamente democrático, mostrando que a grande linha de demarcação política em nosso país é a que passa entre o terror militar e a liberdade.

Vale isso dizer que as tarefas dos comunistas na luta pela democracia, devem diluir-se no interior das forças anti-ditatoriais? Só se diferenciariam do restante dos democratas na medida em que ao lado do combate político pela democracia fariam a conta-gotas e para um público escolhido, a dedo, a propaganda do socialismo? Evidentemente que não. O dever dos comunistas -e de todas as forças revolucionárias- é ser os combatentes de vanguarda da democracia, o que significa antes de mais nada que lhes cabe dar à luta pelas liberdades políticas um amplo caráter de massas, e buscar na organização autônoma da classe operária e dos trabalhadores da cidade e do campo em geral o "respaldo" que certos democratas pequeno-burgueses esperam encontrar no "castelismo". Por isso dissemos que não é somente nas palavras de ordem que preconizam mas também na sua autonomia orgânica e política, que as forças revolucionárias da democracia se distinguem do anti-fascismo burguês e pequeno-burguês. Numa palavra, o que sobretudo os distingue é que não limitam seu combate ao terreno daquilo que é tolerado pelo regime. Portanto, lhes é indispensável uma sólida organização revolucionária clandestina, capaz de resistir aos golpes mais duros da repressão terrorista e de manter, em qualquer circunstância, inquebrantável união com o movimento de massas. Esta é a tarefa própria dos comunistas e dos revolucionários em geral, que sem eles não será executada e de cuja execução depende a vitória da democracia em nosso país.

Uma dolorosa e ainda recente experiência nos mostra, no entanto, que a luta clandestina não se mantém sem luta direta de massas, e a luta direta de massas não se mantém sem luta aberta e permanente. Cada um destes níveis e formas de luta é interdependente, no que à sua consequência revolucionária se refere, dos demais. Sem uma sólida organização revolucionária clandestina os comunistas não poderão sequer defender em sua integralidade o programa da democracia revolucionária e tampouco conseguirão exercer sobre o movimento democrático de massas e sobre a oposição democrática em seu conjunto, uma influência permanente capaz de fixar orientações práticas e intervir no curso dos acontecimentos.

É necessário constatar que os comunistas e revolucionários estão longe de ter atingido o nível de organização capaz de assegurar duravelmente o cumprimento destas tarefas e, neste sentido, estão muito atrás do fluxo espontâneo da luta democrática de massas. Inútil citar exemplos: eles saltam aos olhos. No que se refere em particular à oposição democrática tolerada, o panorama não é dos mais exaltantes. Claro que nenhum comunista sério poderia esperar do MDB como um todo, um comportamento exemplar na luta contra a ditadura. Mas era razoável esperar pelo menos dos "autênticos", que se comportassem num legislativo submetido à constante chantagem da ditadura, e no interior de um MDB, onde quem dá o tom é o liberalismo burguês, como uma "fração parlamentar da democracia". Ora, a pesar de algumas poucas e honradas exceções, o comportamento político dos autênticos, no último ano, -investidos que estavam da autoridade moral que lhes deu o sufrágio popular- se caracterizou por uma longa e monótona série de manobras subalternas, em que com um maquiavelismo de botequim, certos representantes da esperada "fração parlamentar da democracia" chegaram inclusive a negociar com os chaguistas uma fórmula para derrotar, na Convenção do MDB, a maioria moderada, conduzida por Ulisses Guimarães, visando assumir o controle do aparelho partidário. Ora, é justamente esta "tática" que nos parece condenável. Ela repousa, com efeito na idéia de que o MDB é realmente um partido político do qual importaria conquistar a direção e para tanto, aliar-se até com o diabo (isto é, com elementos ligados a Chagas Freitas). O que escapou à compreensão destes autênticos é que, do ponto de vista da democracia, ocupar um lugar no Parlamento ou em qualquer outra instituição tolerada pela ditadura (inclusive o próprio MDB) só tem sentido se este lugar for encarado como uma tribuna de denúncia do terrorismo militar e da política de traição nacional que realiza a burguesia monopolista. Mas nunca como uma posição conquistada, já que o regime pode "reconquistá-la" quando quiser com uma simples cassação de mandatos, como de resto vem de fazer, roubando seus mandatos a dois dignos parlamentares democratas, cuja coragem política e fidelidade aos eleitores merecem o respeito de todos os que se batem pela liberdade em nosso país.

Tampouco contribuí à causa da democracia o espetáculo das divisões artificiais no interior da corrente dos autênticos, provocando, entre outras coisas, o aparecimento dos auto-denominados "neo-autênticos", bizantinismo que seria ridículo se a hora não fosse tão trágica, e que em todo o caso só contribuí para desorientar as massas populares e facilitar toda espécie de jogadas políticas individuais. Não é atoa que o senador Orestes Quercia, que no processo eleitoral de 1974 defendeu posições democráticas, e neste sentido tem contas a prestar aos que o elegeram, propõe agora despudoradamente, a realização de uma Constituinte para "institucionalizar a Revolução de 64", fórmula que dispensa comentários, constituindo manifesta traição à causa da democracia.

Os comunistas, que contam, antes de mais nada, com suas próprias forças, isto é, com as forças do movimento operário e dos trabalhadores da cidade e do campo em geral, devem, no entanto, estar conscientes de que a causa principal da desorientação e da desavergonhada falta de princípios de que têm feito prova certos líderes autênticos ou próximos aos autênticos, se explica essencialmente pela fraqueza atual do movimento revolucionário, pela fragilidade de sua organização clandestina, pela ausência de lutas diretas de massa em escala apreciável, pela inexistência de uma publicação marxista regular capaz de dirigir a luta de massas no sentido da derrubada da ditadura, da conquista da democracia, da construção da democracia revolucionária, a via para o socialismo no Brasil.

Neste ambiente, em que apesar dos pesares, as forças anti-ditatoriais se consolidam e se ampliam, a tentação de rebaixar os objetivos da luta democrática, corrói como um câncer os elementos "apressados" atuando nas instituições toleradas pelo regime. Muitos se esquecem já de que a derrota política da ditadura no processo eleitoral de 1974 foi o resultado da mobilização popular em torno de uma campanha nacional e democrática decidida, que soube avançar com coragem pela brecha que lhe abriam as condições políticas da ditadura militar. Foi por terem levado a luta política ao nível das massas que as forças democráticas deram um grande passo à frente. Trata-se agora de defender o que naquela situação foi conquistado, isto é, a adesão de parcelas consideráveis das massas populares à causa da liberdade política, condição da melhoria de suas condições sociais de existência. Mas para continuar avançando, diriam alguns, é necessário um respaldo. E como os próprios comunistas e revolucionários admitem que por ora seu nível de organização clandestina é demasiado débil para que nele possam se apoiar ao nível da luta aberta de massas o grosso das forças democráticas, há que procurá-lo alhures, sem sem o que seria necessário que elas cruzassem os braços até que o movimento revolucionário superasse sua fraqueza atual. Este canto de sereia pode levar o movimento democrático ao pior desastre, a saber, à capitulação frente ao liberalismo burguês. Por isso mesmo, mais do que nunca é dever dos comunistas defender, ainda que com limitadíssimos recursos, suas próprias palavras de ordem em direção das Forças Armadas. Hoje, elas constituem o respaldo do terror militar e do fascismo. Amanhã, numa situação de crise política, elas poderão dar um passo atrás, cujo significado não pode ser previsto de antemão, mas que de qualquer maneira colocará, para todos os democratas, uma questão crucial de orientação política. Ora, a resposta a esta questão não será nunca o fruto de conchavos e aventuras com militares descontentes. Pior do que a falta de "respaldo" é um falso respaldo. Mais vale defender com unhas e dentes o terreno conquistado pela propaganda democrática do que rebaixá-la para ganhar a duvidosa simpatia de elementos ligados à ditadura. Por isso, os comunistas, qualquer que seja o preço que tenham que pagar a curto prazo pela consequência de seus princípios, têm o dever de defender aquilo que em nossa Plataforma chamamos a reorganização democrática das Forças Armadas. Enquanto objetivo do programa da democracia revolucionária, esta reorganização não pode se limitar ao expurgo dos fascistas e à punição exemplar dos torturadores e outros agentes do terror ditatorial, mas implica, entre outras coisas, na completa reformulação da doutrina militar, suprimindo a atual concepção policialesca da função das Forças Armadas, que faz delas tropa auxiliar no plano interno e regional da máquina de guerra imperialista, e substituindo-a por sua estrita profissionalização exclusivamente voltada para a defesa da soberania nacional no plano exterior; na supressão de todos os organismos e instituições militares ou para-militares de caráter direta ou indiretamente governamental (o Conselho de Segurança Nacional, o Alto-Comando das Forças Armadas, a Escola Superior de Guerra, etc.); na a-

brogação das diferentes leis ditas de Segurança Nacional e de toda e qualquer forma de jurisdição militar sobre civis; na liberdade de associação para oficiais, sub-oficiais, marinheiros e soldados.

Estes, como todos os demais objetivos da democracia revolucionária são poderão ser realizados com a derrubada da ditadura. Cabe aos comunistas, no interior das forças anti-ditatoriais, determinar as palavras de ordem mais amplas e imediatas que contribuam desde já a isolar os elementos fascistas no seio das Forças Armadas e fortalecer a posição dos oficiais e sub-oficiais sensíveis à causa da emancipação econômica de nosso país e da liberdade política de nosso povo. Não é permitido ter ilusões sobre a eficácia, a curto prazo, da propaganda nacional e democrática dirigida às Forças Armadas. O fascismo, todo mundo sabe, nelas está solidamente implantado. Por isso consideramos que o problema militar é hoje uma questão essencialmente política. Donde a histeria dos chefes militares fascistas. Sabem que o futuro não lhes pertence.

O presente editorial já se encontrava elaborado quando ocorreu o grave e mais recente episódio da luta entre fascistas e liberais de direita, a demissão de um dos principais chefes militares, general Ednardo Dávila Melo, do Comando do II Exército, após mais um crime odioso cometido pelos esbirros sob seu comando - e sob sua direta inspiração - assassinando na tortura o operário metalúrgico Manuel Fiel Filho, líder sindical de sua categoria. Sancionando o patriarca dos torturadores, o regime ditatorial tratou antes de mais nada de esvaziar nova vaga de protestos que poderia assumir amplitude ainda maior que a provocada pela morte, em idênticas circunstâncias do jornalista Vladimir Herzog. Com efeito, rapidamente afluíram dos meios sindicais e democráticos, pedidos veementes para que o corpo de Manuel Fiel Filho fosse entregue à família e que seus companheiros de trabalho e de sindicato pudessem prestar-lhe uma última homenagem. Ao negá-lo, o general Ernesto Geisel estaria recuando um passo mais diante da histeria fascista. Mas a permitir sem mais que a indignação popular se exprimisse livremente, estaria se auto-conferindo um atestado de impotência. Punindo o chefe dos carrascos, tratou de desvincular-se da tortura, embora pagando para isso um preço político elevado, já que admitiu publicamente que a responsabilidade pelos massacres do DOI cabia ao esbirro-mor Ednardo Dávila. Seu substituto no comando do II Exército, general Dilermando Gomes Monteiro, é um homem de confiança de Geisel, com quem trabalhou em 1966 no gabinete militar de Castelo Branco, e que, como notava o semanário Movimento (nº 28, de 12 de janeiro) "deveria ter sido o Chefe da Casa Militar do atual governo, mas às vésperas da posse... quebrou a perna". As últimas notícias que recebemos indicam que uma série de militares torturadores, ligados a Ednardo Dávila, estão sendo afastados dos organismos terroristas nos quais vinham exercendo os seus crimes, o que tende a confirmar que a corrente liberal de direita entende consolidar suas posições no aparelho estatal assumindo o controle dos dispositivos de repressão. De resto, como o assinala a mesma nota já citada de Movimento, a substituição de Ednardo Dávila por Dilermando Gomes Monteiro já estava prevista antes do novo crime do primeiro, no quadro de uma larga renovação do Alto Comando. O conflito palaciano entre o liberalismo de direita e o fascismo está portanto chegando a um ponto crítico. Os "de cima" já não conseguem mais governar como antes. Não conseguirão deter a luta pela liberdade. Nem deixarão de prestar contas pelo sangue derramado de nossos mártires.

OS EMPREGADOS DO CAMPO  
A. Silva

A elaboração de uma teoria revolucionária que efetivamente dê conta dos fatos da realidade deve ser um dos objetivos que guiam a prática quotidiana dos comunistas. Entre os numerosos problemas contidos no que se convencionou chamar de A questão agrária assume particular importância para nós brasileiros a avaliação da importância sócio-econômica das duas principais categorias de explorados na atividade agrícola: os assalariados agrícolas e os camponeses. A recente publicação de algumas partes do Recadastramento e dos Censos Agropecuário e Demográfico permite iniciar aqui uma descrição analítica da estrutura social na agricultura brasileira. Não se trata portanto de uma síntese das principais tendências da sujeição desse setor ao desenvolvimento do capitalismo monopolista embora alguns aspectos dessa questão tenham sido tratados nas páginas de DEBATE nºs 14, 15 e 16. Também não se trata de examinar as condições de existência dos oprimidos do campo, descrição parcialmente iniciada no nº 18. O objetivo deste artigo é bem restrito: *saber qual o peso relativo hoje dos trabalhadores agrícolas e dos pequenos e médios agricultores em nosso país.*

A resposta à essa pergunta é mais importante do que pode parecer a primeira vista. Hoje em dia parece existir um largo consenso quanto à crítica da operação ideológica que consiste em superestimar a importância das relações de propriedade e de trabalho précapitalistas para justificar a sobrevivência de um suposto feudalismo no Brasil. Fica cada vez mais claro que tal malabarismo teórico só servia para justificar a tese de que a revolução burguesa ainda estaria por ser feita. Mas a partir dessa negação muitos passaram a supervalorizar a natureza capitalista das relações de produção em nossa agricultura. A consequência política natural de um tal desvio é tomar por proletários grande parte dos camponeses brasileiros negligenciando, portanto, a problemática da Aliança Operário-Camponesa.

Os que assim pensam baseiam-se em grande parte na argumentação de CAIO PRADO JR em seu livro A Revolução Brasileira. Este autor desmonta a ideia do dito sistema feudal brasileiro mas não dá conta do desenvolvimento real das relações de produção no campo. Não pretendemos desenterrar e alongar a polêmica que o livro provocou na época. Se o citamos é porque ilustra bem o desvio que tentamos caracterizar.

Depois de mostrar que a propriedade rural brasileira tem uma origem totalmente distinta do sistema agrário feudal e que a economia camponesa no Brasil tem uma formação posterior e recente estando longe de constituir base ou condição da grande propriedade, o autor afirma: Efetivamente o que no Brasil constitui propriamente economia camponesa ( a exploração parcelária e individual do pequeno produtor camponês que trabalha por conta própria e como empresário da produção em terras suas ou arrendadas ) isto representa via de regra um setor residual da nossa economia agrária. Aqui lo que essencial e fundamentalmente forma esta nossa economia agrária no passado como ainda no presente, é a grande exploração rural em que se



conjugam em sistema, a grande propriedade fundiária com o trabalho coletivo e em cooperação e conjunto de numerosos trabalhadores. ( grifado por nós, A.S.) (1)

É portanto básico saber qual o peso relativo dos camponeses parcelários e do capitalismo agrário no Brasil. É o ponto de partida para um estudo da divisão em classes na agricultura brasileira através de indicadores que sejam mais recentes.

Quando se fala em capitalismo no setor agrário deve-se entender o uso do capital com vistas à exploração do trabalho assalariado na agricultura. O pequeno produtor - proprietário, arrendatário, parceiro ou ocupante - que trabalha com sua família, mesmo que empregue vez ou outra trabalhadores em contrapartida de um salário não pode ser caracterizado como capitalista. A base dessa relação de produção não é a exploração de assalariados, isto é, o sobretrabalho criado pelos eventuais assalariados além de ser geralmente inferior àquele criado pela célula familiar é apropriado não pelo responsável da unidade agrícola, ou pela classe a qual pertence mas essencialmente fora da agricultura. (2) A pequena produção mercantil transfere uma enorme massa de sobretrabalho para outros setores da sociedade tanto pelo fato os preços de seus produtos estarem constantemente bem abaixo de seu valor, quanto pela renda fundiária que pagam quando compram alugam ou tomam em parceria uma parcela de terreno agrícola. Esses são os mecanismos básicos da exploração dos pequenos e médios agricultores quando domina o modo de produção capitalista. Assim o capital técnico de que dispõem - animais de tração, alfaias, utensílios e mais raramente máquinas ou melhoramentos fundiários, estes últimos no caso de pequenos proprietários - são instrumentos de trabalho e não algo cuja posse lhes dê a possibilidade de viver às custas do trabalho de outrem.

Quando se fala em proletarianização, deve-se entender separação objetiva entre o trabalhador e os meios de produção, consequência necessária da extensão da dominação do modo de produção capitalista sobre a agricultura. Mas não se deve concluir que a magnitude e o ritmo da proletarianização revela a magnitude e o ritmo da expansão do capitalismo no setor agrário. O característico do modo de produção capitalista no campo é a transformação dos instrumentos de produção em capital, isto é, a existência de uma classe que pode explorar o trabalho assalariado porque monopoliza os meios e os instrumentos de trabalho. Mas a submissão real do trabalho ao capital depende diretamente do nível de expansão das forças produtivas. Qual a base objetiva da separação entre o trabalhador e os meios de produção na cidade? Um certo nível de desenvolvimento das forças produtivas. Enquanto a bigorna era o instrumento fundamental do ferreiro, a metalurgia capitalista era impossível. Não apenas e principalmente porque uma bigorna é uma bigorna e um alto-forno é um alto-forno. Mas principalmente porque sobre a base da bigorna não pode haver relação de produção capitalista desenvolvida. Enquanto o valor dos meios de produção é demasiado baixo para que se tornem monopólio da classe social que acumulou suficientemente valor-capital para adquiri-los, o modo de produção capitalista historicamente não pode se desenvolver.

(1) PRADO JR, Caio - A Revolução Brasileira, Ed. Brasiliense, SP, 1966, páginas 62 e 63.

(2) cf. DEBATE 14, artigo de A. Silva : A Agricultura Brasileira

Essas considerações preliminares nos dão o plano da descrição que constituirá o centro deste artigo:

1. Assalariados e patrões.
2. A economia camponesa.
3. Arrendatários e parceiros.

Além destes três pontos seria necessário também examinar os meios de produção e a questão relativa às diferenças regionais o que nos propomos fazer num outro artigo.

## § II - Assalariados e patrões

Os dados mais completos já publicados são os do Cadastro de Imóveis Rurais. O número máximo de assalariados (incluindo temporários e permanentes) é para o Brasil 7.819.999. Isto não quer dizer que existam 7.819.999 pessoas assalariadas na produção agrícola como supõem vários autores, em alguns livros e artigos recentes. O Cadastro é feito com base num questionário respondido pelos proprietários de imóveis rurais. Esse número único disponível refere-se à pergunta: "Número máximo de assalariados no imóvel que trabalham na época de maiores serviços". Além da margem de erro que permite uma pergunta dessa fica a possibilidade de mesmo trabalhador ser contado várias vezes isto é, estar incluído na folha cadastral de vários imóveis. É claro que isso só pode acontecer no que se refere aos temporários. O número real de assalariados agrícolas deve ser um pouco inferior a esse. Como os resultados definitivos do Censo Agropecuário só estão parcialmente publicados, podemos apenas recorrer a comparações estaduais.

### QUADRO Nº I

#### Comparação Cadastro/Censo Agropecuário

#### Trabalhadores assalariados na agricultura - Estado de São Paulo

	Permanentes	Número máximo de temporários
Censo Agropecuário (1970)	288.308	228.760 (1)
Cadastro dos Im. Rurais (1972)	245.593	770.170 (2)

(1) O Censo não inclui os trabalhadores sob empreitada (volantes boiadeiros, etc) e esse número corresponde ao mês de março somente o que deixa menos margem de sobreposição.

(2) O Cadastro inclui os trabalhadores sob empreitada, mas esse número não faz distinção de meses, contendo portanto sobreposições.

Tudo indica que o número real de trabalhadores assalariados deve estar próximo daquele referenciado no Cadastro. Nestas circunstâncias poderíamos então estudar os dados globais para o Brasil conforme o QUADRO nº 2.

É importante ter em conta, desde já a definição de IMÓVEL para os fins do Cadastro. É prédio rústico de área contínua formado de uma ou mais parcelas de terra pertencentes a um mesmo dono, que seja ou possa ser utilizado em exploração agrícola, pecuária ... Bem diferente portanto do ESTABELECI

## QUADRO Nº 2

Trabalhadores Assalariados na Agricultura - Brasil, 1972

	Número de imóveis	Nº de per- manentes	Média	Máx. de ass. (perm.+temp.)	Média
Imóveis com permanentes	226.427	975.150	4,30	2.806.629	12,39
Imóveis sem permanentes	3.101.840	-	-	5.013.370	1,61
	3.328.267	975.150	-	7.819.999	2,34

MENTO, conceito utilizado no Censo Agropecuário : todo terreno de área contínua, independente do tamanho formado de uma ou mais parcelas confinantes, sujeito a uma única administração, onde se processasse uma exploração agropecuária (...). As áreas confinantes, sob a mesma administração, ocupadas segundo diferentes condições legais (próprias, arrendadas, ocupadas gratuitamente) foram consideradas como um único estabelecimento. As áreas sob a mesma administração quando não confinantes, bem como as explorações pertencentes a um só proprietário mas entregues à administrações diversas foram consideradas como estabelecimentos distintos. (grifos nossos, A.S.).

Vê-se portanto que o conceito de IMÓVEL, para o Cadastro, não corresponde necessariamente à unidade de produção, mas sim à propriedade, esta última podendo conter uma ou mais unidades de produção.

O Censo Agropecuário chega mais perto do conceito de exploração, enquanto unidade produtiva, embora tenha o inconveniente de considerar áreas não confinantes, sob a mesma administração como estabelecimentos distintos. Se por um lado tal critério possa ser justo no que se refere a empresas agrícolas de tipo patronal, ele traz o risco de não dar conta do fenômeno da pulverização fundiária, isto é, o fato de uma célula familiar explorar terrenos não confinantes constituindo uma só unidade de produção. No entanto, a noção de estabelecimento é ainda a que mais se aproxima da unidade de produção.

A comparação entre os resultados totais, censitários e cadastrais, permite uma melhor compreensão do uso que se fará, posteriormente, dessas publicações.

## QUADRO Nº 3

Comparação Cadastro/Censo AgropecuárioNúmero de Estabelecimentos, Número de Imóveis e respectivas áreas totais.

	B R A S I L		S Ã O P A U L O	
	Número	Área (ha)	Número	Área (ha)
Imóveis (Cadastro 72.)	3.387.173	370.275.187	287.703	22.990.872
Es. mts (Censo 70)	4.932.202 (a)	293.012.168	326.780 (b)	20.416.024

(a) dados publicados no Anuário Estatístico do Brasil, 1973, IBGE

(b) resultados definitivos

Nota-se portanto, que o Cadastro abrange uma área maior do que o Censo sendo que o número dos imóveis é evidentemente bastante inferior. Fato sur-

preendente pois, em princípio, boa parte dos posseiros não são cadastrados, o que deveria dar uma área total cadastrada inferior à área que figura nos resultados censitários. Uma explicação pode vir, talvez, do fato do Cadastro incluir inóveis ou terrenos que "sejam ou possam ser utilizados para a atividade agropecuária". O Censo não considera como estabelecimento um imóvel rural onde não se processa uma atividade agropecuária.

Tendo portanto bem presente a diferença entre imóvel e estabelecimento, podemos nos servir dos dados do Cadastro. Uma primeira constatação global é que são poucos os imóveis que mantêm assalariados permanentes. Os 226 mil imóveis empregam, em média, 4,3 trabalhadores permanentes. (ver quadro 2) Assim, o operariado agrícola propriamente dito estaria beirando o milhão de trabalhadores. Mas são esses mesmos imóveis que globalmente empregam o maior número de temporários pois nas épocas de maior serviço chegam a ter em média, 12,4 trabalhadores (permanentes mais temporários) totalizando quase 3 milhões de assalariados. No entanto, 93 por cento dos imóveis não empregam permanentes recorrendo apenas à mão de obra eventual. Chega a haver, durante o ano, mais de 5 milhões de postos de trabalho nesses imóveis.

É claro que essas médias e cifras globais pouco exprimem se não se acrescenta uma diferenciação segundo o tipo de imóvel. Quando, numa média, estão misturados as empresas capitalistas (patronais) e as explorações camponesas (familiares) ela dilui o resultado estatístico que se procura. Mas antes de entrarmos nessa diferenciação cabe salientar que já aqui temos um indicador global sobre o proletariado agrícola brasileiro. O operariado agrícola, como dissemos, beira o milhão de trabalhadores. Os restantes seis milhões são englobados na categoria de temporários. Estão, portanto, incluídos, aqueles que estão realmente separados dos meios de produção vivendo unicamente da venda de sua força de trabalho de modo intermitente, como também, os pequenos agricultores que durante parte do ano são obrigados a se assalariar. É muito difícil saber quanto representa cada um dos dois tipos. O certo é que grande parte dos sítiantes trabalham nas grandes explorações como assalariados certas épocas do ano. É um problema complexo que teremos que deixar de lado por enquanto. Basta que se considere que boa parte dos trabalhadores assalariados temporários, incluídos portanto no setor das empresas capitalistas, fazem parte igualmente do setor camponês, isto é, são pequenos agricultores durante outra parte do ano. São portanto explorados por duas formas: enquanto vendedores de sua força de trabalho fornecendo mais-valia aos empresários capitalistas e enquanto vendedores de mercadorias por preços substancialmente inferiores a seu valor-trabalho assim como pagadores de renda fundiária (preço, aluguel, renda-produto, renda-trabalho), fornecendo assim sobre-trabalho aos proprietários de terra, intermediários, capitalistas industriais, etc. Há também que se ter em conta que uma parte desses pequenos agricultores-assalariados temporários estão somente num setor de subsistência, isto é, em suas explorações são produtores de valores de uso. Nesse caso deixa de ser importante o aspecto da relação preço/valor do que produzem, mas continuam a ser explorados de duas formas: fornecendo mais-valia e renda fundiária. São escapam desta segunda forma os ocupantes, produtores de valores de uso e ao mesmo tempo assalariados temporários, e os assalariados puros, é claro.

Para estudar a distribuição dos assalariados segundo a categoria do imóvel é necessário um grande parêntesis de advertências. Estamos sujeitos às estatísticas existentes e não podemos querer que a burguesia tenha um sistema censitário e cadastral baseado em critérios marxistas. Do ponto de vista do proletariado, a distinção básica que se deve fazer entre os proprie-

tários fundiários é entre aqueles que possuem a terra para explorar os trabalhadores, sob várias formas, e aqueles que a possuem como instrumento de trabalho, isto é, trabalham a terra com suas famílias e ou com a ajuda de trabalhadores eventuais nas épocas de maior trabalho. Estes últimos, pequenos e médios agricultores são explorados e não exploradores. Assim sendo, na perspectiva de uma Reforma Agrária Radical eles teriam garantida a propriedade da terra e poderiam mesmo beneficiar-se de uma eventual distribuição de parte das terras expropriadas.

O Cadastro de Imóveis Rurais da ditadura militar terrorista a serviço dos monopólios não poderia, é claro, partir de uma distinção de classes. Mas, como veremos, sua metodologia é mais avançada que o ponto de vista de classe dos grandes proprietários da terra. O critério de base é a má distribuição da posse da terra, vista como uma deformação com incidências na produtividade do setor. A perspectiva dos que elaboraram esses critérios é claramente a de uma Reforma Agrária que adaptasse melhor as estruturas fundiárias ao desenvolvimento do capitalismo. Mesmo uma Reforma Agrária desse tipo seria progressista, hoje em dia, em nosso País. Uma expropriação dos latifúndios na base dos resultados cadastrais significaria a expropriação de 77,8 por cento das terras agrícolas. Mas o descompasso entre a legislação sobre a Reforma Agrária e a atividade prática dos INCRA, PROTERRAS e outros assombros do mesmo naipe, só ilustra o compromisso existente entre a burguesia monopolista e os latifundiários. (1)

Apesar disso, a legislação sobre o sistema cadastral permite ir mais longe que a classificação censitária dos estabelecimentos, por visar a Reforma Agrária. O Estatuto da Terra (2) e o Decreto nº 55.891 de 31/03/65 estabelecem a seguinte classificação para fins de cadastros dos imóveis rurais:

Módulo Rural - é a área explorável que, em determinada posição do país, direta e pessoalmente explorada por um conjunto familiar equivalente a quatro pessoas adultas, corresponda a 1.000 jornadas anuais, lhe absorva toda a força de trabalho em face do nível de tecnologia adotado naquela posição geográfica e, conforme o tipo de exploração considerado, proporcione um rendimento capaz de assegurar-lhe a subsistência e o progresso social e econômico.

Minifúndio - imóvel rural com área agricultável inferior à do módulo fixado para a respectiva região e tipo de exploração.

Empresa Rural - imóvel explorado econômica e racionalmente dentro das condições de rendimento econômico da região em que se situa, com o mínimo de 50 por cento de sua área agricultável utilizada e que não exceda na dimensão de sua área agricultável a 600 vezes o módulo médio da região ou a área média dos imóveis rurais na respectiva zona.

Latifúndio por exploração - não excedendo 600 vezes o módulo ou 600 vezes a área média dos imóveis rurais na respectiva zona, tendo área agricultável igual ou superior à dimensão do módulo de imóvel rural da zona, seja mantido inexplorado em relação às possibilidades físicas, econômicas e so-

(1) cf. "Uma década de Ditadura Militar: O Setor Agrário", DEBATE-18, p.31

(2) Lei 4.504 de 30/II/64

ciais ao meio, com fins especulativos, ou seja, deficiente ou inadequadamente explorado, de modo a vedar-lhe a classificação de empresa rural.

Latifúndio por dimensão - imóvel rural excedendo 600 vezes o módulo ou 600 vezes a área média dos imóveis da região. (I)

Com essas definições, novas advertências se fazem necessárias. As explorações familiares, que constituem a chamada economia camponesa, isto é, os pequenos e médios agricultores, abrangem a quase totalidade, senão a totalidade, do setor minifundiário. Estão aí incluídos produtores de valores de uso e pequenos produtores mercantis. Uma parte dos imóveis classificados como Empresas Rurais podem ser explorações camponesas (médios agricultores), desde que, sendo empresas familiares, não explorem trabalhadores assalariados ou pequenos arrendatários e parceiros. Por outro lado, o critério de eficiência produtivista (ausência de subaproveitamento) não serve para distinguir os capitalistas agrícolas dos proprietários da terra vivendo da extorsão de renda fundiária (trabalho, produto ou dinheiro). Muitos dos imóveis classificados como Latifúndio por exploração podem perfeitamente ser empresas capitalistas. Se elas se baseiam na exploração de trabalho assalariado em larga escala, mesmo que sejam "ineficientes" (nível inferior de desenvolvimento das forças produtivas), não podem escapar à classificação de empresas capitalistas. Tendo, portanto, presente que uma parte dos Lat-E são seguramente Empresas Capitalistas, podemos, sem grandes margens de erro, examinar a distribuição dos assalariados entre as diversas categorias de imóveis. Não vale a pena considerar as Empr. que provavelmente pertencam ao setor camponês dado o número extremamente limitado das mesmas.

QUADRO Nº 4

Assalariados Agrícola Segundo o Tipo de Imóvel

	Número de imóveis	%	Nº máximo de assalariados (perm.+temp.)	%	Média - nr Imóvel
Total	3.328.267	100,00	7.319.999	100,00	2,34
Minf.	2.411.653	72,45	2.946.825	37,68	1,22
Empr.	154.069	4,65	1.494.653	19,11	9,69
Lat-E	762.359	22,91	3.333.235	42,62	4,37
Lat-D	166	..	45.286	0,57	272,80

Fonte: Cadastro -1972

Considerando o número máximo de assalariados, inclusive os que são eventualmente o são, constatamos que boa parte trabalha no setor camponês ou seja, apenas 60 por cento deles são explorados diretamente por patrões capitalistas ou latifundiários. Significativo também o fato da Empr. empregar em média quase 10 assalariados enquanto que para o latifúndio de exploração esse indicador é somente pouco superior a 4. Veremos que a presença de formas précapitalistas de exploração, tais como a parceria, explica essa diferença.

(I) Passaremos a utilizar as seguintes abreviações: Minifúndio Minf, Empresa Rural: Empr., Latifúndio por exploração: Lat-E, e Latifúndio por dimensão: Lat-D

Mas o Quadro nº 4 é feito com base no número máximo de assalariados presente em cada imóvel na época de maior trabalho. A distribuição dos assalariados permanentes, o operariado agrícola propriamente dito, pode ser mais significativa.

QUADRO Nº 5

Assalariados Permanentes segundo o tipo de Imóvel

	(a) Total de imóveis	(b) Nº de imóveis c/ ass. permanentes	(b).100 (a)	Número de ass. permts.	%
Total	3.328.267	226.427	6,80	975.150	100,00
Minf.	2.411.653	58.629	2,43	116.137	11,90
Empr.	154.089	53.658	34,82	362.379	37,16
Lat-E	762.359	114.028	14,95	472.187	48,42
Lat-D	166	92	55,42	24.447	2,50

Fonte: Cadastro - 1972

Pouco mais de um terço das Empr. empregam assalariados permanentes. Se considerarmos o conjunto Empr.-Latifúndios essa fração cai abaixo de um quinto (18p.cento). Ou seja, só a quinta parte dos patrões mantém permanentes em seus imóveis. Por outro lado, dizer que 90 por cento dos assalariados permanentes estão nos setores empresarial e latifundiário é quase uma redundância.

Tendo em vista que uma parte dos Lat-E não é outra coisa senão empresas capitalistas que subaproveitam a terra e, supondo que a capacidade de trabalho de um assalariado é igual na Empr. e no Latifúndio, podemos fazer uma comparação interessante. Contrapor: área explorada por cada categoria de imóvel e nº máximo de assalariados. Insistimos, área explorada não tomamos em consideração a área aproveitável não explorada, bem entendido.

QUADRO Nº 6

Área explorada e Nº máximo de assalariados segundo a categoria do imóvel

	ÁREA EXPLORADA			ASSALARIADOS		
	Número de imóveis	Área (ha) explorada	%	Número de imóveis	Área (ha) explorada	%
Total	3.186.807	216.756.082	100,00	3.328.267	7.819.999	100,00
Minf.	2.282.557	29.915.717	13,80	2.411.653	2.946.825	37,68
Empr.	162.802	30.612.296	14,12	154.089	1.494.653	19,11
Lat-E	741.308	148.878.017	68,68	762.359	3.333.235	42,62
Lat-D	140	7.350.051	3,39	166	45.286	0,57

Fonte: Cadastro - 1972

Apesar do subaproveitamento que caracteriza o latifúndio, vemos que ele mantém 72 por cento do total da área explorada do país, empregando, no máximo, 43 por cento dos assalariados enquanto que a Empr. emprega 19 por cen-

to dos assalariados detendo apenas 14 por cento da área explorada. Essa comparação confirma ainda uma vez a importância das outras formas de exploração do trabalho no setor latifundiário, o que será estudado no item 3 deste artigo. Outras diferenças do gênero podem ser constatadas através da distribuição dos assalariados segundo a categoria do imóvel, no Quadro 7.

QUADRO Nº 7

Distribuição dos assalariados segundo a categoria do imóvel

	Nº de imóveis	Número de permanentes	Média	Nº máx. de assalariados	Média
<u>TOTAL</u>					
com permanentes	226.427	975.150	4,30	2.806.629	12,39
Total	3.328.267	idem		7.819.999	2,34
<u>Minifúndio</u>					
com permanentes	58.649	116.137	1,98	284.727	4,85
total	2.411.653	idem	-	2.946.825	1,22
<u>Empr. Rural</u>					
com permanentes	53.658	362.379	6,75	1.025.491	19,11
total	154.089	idem	-	1.494.653	9,69
<u>Latif.p/ Expl.</u>					
com permanentes	114.038	472.187	4,14	1.451.777	12,73
total	762.359	idem	-	3.333.235	4,37
<u>Latif.por Dim.</u>					
com permanentes	92	24.447	265,72	44.634	485,15
total	166	idem	-	45.286	272,80

Fonte : Cadastro 1972

No setor minifundiário, são as explorações que não têm permanentes (97 por cento delas) as que empregam a maior parte da mão de obra assalariada. (90 por cento). Na Empresa Rural passa-se o inverso. São as empresas que tem assalariados permanentes (35 por cento delas) as que empregam a maior parte (69 por cento) da mão de obra assalariada do setor. Empregam em média 20 trabalhadores, a mais alta porcentagem, se se leva em conta que a categoria dos latifúndios por dimensão deve ser incorporada, nessa questão, numa única categoria : latifúndio.

O capitalismo agrário no Brasil é composto, basicamente, pelo que é classificado no Cadastro como "Empresa Rural" e por uma certa parte do que é classificado como Latifúndio. Digamos que o setor capitalista própriamente dito, seria composto, grosso modo, por volta de 300 mil empresas (1) que empregam mais ou menos 3 milhões de assalariados dos quais são 800 mil são permanentes. Outros 3 milhões de assalariados trabalham nos latifúndios on

(1) É interessante notar que o Censo Demográfico (1970) registra apenas 209.111 empregadores na agricultura. Além das particularidades inerentes ao Censo Demográfico, essa diferença pode vir do fato de alguns proprietários declararem vários imóveis, isto é, um mesmo padrão aparecer várias vezes no Cadastro, uma vez para cada imóvel. Mas isso são pode acontecer se os imóveis se localizarem em diferentes posições geográficas.



de se conjugam, de maneira complexa, o trabalho assalariado eventual e outras formas de extorsão de sobretrabalho. E, sempre é bom repetir, uma grande parte dos 5,2 milhões de temporários trabalhando nesses dois setores: são camponeses obrigados a vender sua força de trabalho durante parte do ano. Também não seria demais lembrar que muitos dos assalariados temporários totalmente separados dos meios de produção chegaram a essa condição muito recentemente tendo frequentemente um comportamento de camponeses-sem-terra. Os últimos estudos sobre o "bóia-fria" mostram bem a importância desse aspecto. Numa região de extrema proletarização como a Alta Sorocabana (E.S. Paulo), uma interessante pesquisa realizada por Maria da Conceição d'Incao e Mello constatou "invasões" de terras por "bóia-frias" residentes nas cidades. (1) Um desses trabalhadores temporários disse a um repórter do semanário Movimento: "o melhor de tudo era se a gente tivesse um lugarzinho certo pra plantar coisa da gente, pequenininho que era." (2)

## § 2 - A economia camponesa

Como já foi dito anteriormente, todo o setor minifundiário é composto por pequenos e médios agricultores sendo que uma parte só produz, nessas propriedades, valores de uso, e grande parte é obrigada a vender sua força de trabalho durante uma parte do ano. A economia camponesa se estenderia até alguns imóveis classificados como empresa rural e que não empregam, ou quase não empregam assalariados. Devemos também lembrar que faz parte da economia camponesa um grande número de arrendatários e parceiros no interior desses imóveis, particularmente no latifúndio. Mas esse último componente será tratado no item seguinte. Para clarificar a exposição só levaremos em conta, neste capítulo, o setor minifundiário, isto é, a esmagadora maioria dos camponeses proprietários.

Já vimos que 72 por cento dos imóveis rurais são minifúndios compreendendo apenas 14 por cento da área explorada no País. Nos 2.414.857 minifúndios residem quase 11 milhões de pessoas (10.802.902) pertencentes a quase 2 milhões de famílias (1.976.991). Não é, certamente, através dos residentes que se terá uma idéia exata do peso relativo dos pequenos e médios agricultores presentes no setor minifundiário. Basta dizer que a média de famílias residentes por imóvel minifundiário não chega a 1 (0,81). Isso se deve, de certo, ao fato de boa parte dos ativos no setor viverem nas cidades e vilas, o que é também verdade para os assalariados. Dados do Censo (1970) mostram que em São Paulo, 27 por cento da população economicamente ativa ocupada na agricultura era composta por pessoas que residiam nas cidades.

Assim sendo, a distribuição das famílias residentes segundo a categoria do imóvel é ainda mais reveladora da importância numérica dos pequenos e médios agricultores, conforme mostramos no Quadro nº 8.

50 por cento das famílias residentes em imóveis rurais estão no setor minifundiário. Deixamos de reproduzir o quadro das pessoas residentes pois as porcentagens são praticamente as mesmas. O setor minifundiário abriga

(1) cf. D'Incao e Mello, M.C. - "O bóia-fria, acumulação e miséria", Elitosa Vozes, Petrópolis, 1975, 154 p.

(2) cf. Movimento nº 17 de 27/10/75, págs. 13 a 16

## QUADRO Nº 8

Residentes : distribuição do nº de famílias  
segundo a categoria de imóveis

	Número de imóveis	%	Número de famílias	%
Total	3.356.175	100,00	4.031.195	100,00
Minf.	2.414.857	71,94	1.970.991	49,04
Empr.	161.662	4,81	515.525	12,78
Lat-E	779.484	23,22	1.516.775	37,62
Lat-D	172	-	21.904	0,54

Fonte : Cadastro 1972

quase 11 milhões de pessoas ( 10.302.902 ) . Desses 11 milhões três são dependentes de proprietário, trabalhando, ou seja, uma média de 1,2 dependentes trabalhando por imóvel. Em cada imóvel minifundiário trabalham, por tanto, pelo menos 2 pessoas sem contar a mão de obra eventual tanto familiar como assalariada. Essas duas pessoas exploram em média 13,1 hectares de terra (I) . É claro que essa área explorada média varia de 4,18 ha na Guanabara a 59,39 ha no Amapá. Mas a área média do minifúndio nos Estados onde eles são mais numerosos raramente ultrapassa os 20 hectares. Como só o Incra poderia calcular a mediana pois é o único que dispõe da lista dos 2,4 milhões de minifúndios, podemos considerar para esse efeito que a esmagadora maioria dos minifúndios está abaixo dos 25 ha. A margem possível de erro refere-se apenas às situações de rarefação populacional como é o caso dos Territórios e de alguns Estados do Norte e do Centro Oeste. Tendo essas considerações bem presentes, podemos ter uma idéia mais dinâmica dos parcelários através do Quadro nº 9.

## QUADRO Nº 9

Confronto dos resultados censitários : nº de Estabelecimentos e Pessoal  
( em porcentagem)

	Ocupado por grupos de área.					
	1950		1960		1970	
	Nº de Estab.	Pess. Ocup.	Nº de Estab.	Pess. Ocup.	Nº de Estab.	Pess. Ocup.
Menos de 20	51,1	32,6	61,1	44,8	66,70	55,2
de 20 a 50	23,6	21,1	20,2	20,5	16,70	18,4
de 50 a 100	10,6	12,7	8,2	10,7	6,90	8,8
de 100 a 1000	12,9	26,3	9,4	19,5	8,40	14,4
1.000 e mais	1,5	7,0	0,9	4,3	0,70	2,8
	100,0	100,0	100,0	100,0	100,00	100,0

Fonte : IBGE, Anuário Estatístico -73

(I) É evidente que as médias regionais, estaduais, ou por micro-regiões homogêneas teriam mais sentido. Mas nesta parte de nosso estudo teremos que nos deter nas médias globais.

O pessoal ocupado nos estabelecimentos de menos de 20 hectares, cuja esmagadora maioria pertence ao setor de economia camponesa saltou, em 20 anos, de 33 a 55 por cento enquanto essa percentagem diminuiu para os outros grupos de área. É, portanto, uma grande engano afirmar que o desenvolvimento do capitalismo monopolista em nosso País implica num desaparecimento do campesinato em favor do capitalismo agrário. É o mínimo que se pode dizer. De resto, a persistência da pequena exploração agrícola é um fenômeno que se verifica em inúmeros países e são raros aqueles onde se pode prever o seu desaparecimento, mesmo se ficarmos só na América Latina (1). Não entraremos, no quadro deste artigo nas razões técnicas e geográficas que favorecem a persistência da pequena exploração. No que se refere ao aspecto econômico, além de sua principal vocação de subsistência de mais de um terço da população global, ela (a pequena exploração) é mesmo desenhada para as culturas que exigem uma mão de obra permanente e abundante. Os numerosos braços familiares podem se empregar desde que o tamanho da exploração não seja reduzido a ponto de não ser suficiente para as culturas de víveres e arbustivas e, de modo geral, nas culturas alimentares. É um papel essencial e complementar à grande exploração de culturas industriais de exportação. Seja em policultura de autoconsumo, seja em sistema de cultura mais selecionado e destinado em grande parte ao mercado interno, o minifúndio como a exploração familiar rentável contribuem com uma grande parte para o abastecimento do mercado nacional com frutas e legumes, e, de modo variado segundo o país, em grãos, trigo, milho e arroz (2).

Aqui, tocamos num dos pontos mais importantes da argumentação dos que subestimam o papel da economia camponesa. É, justamente, o da distinção entre o minifúndio de subsistência de trabalhadores assalariados temporários, o semi-proletariado, e o minifúndio que funciona como uma economia camponesa inserida numa formação social onde o modo de produção capitalista domina, isto é, conjugando a função de subsistência à de produção em pequena escala de mercadorias, podendo oscilar, segundo a conjuntura, entre essas duas modalidades. Deixando de lado, por enquanto, a discussão do comportamento político do semi-proletariado, para não entrar imediatamente numa polémica, tentemos avaliar através dos poucos indicadores existentes, o caráter mais ou menos mercantil do minifúndio.

O Cadastro contém dados interessantes sobre o Valor da Produção nas diferentes categorias de imóveis. Os dados estão, obviamente, subestimados pois o declarante tende a diminuir o valor de sua produção tendo a imposição fiscal. Mas tal redução só modifica os valores absolutos. As proporções guardam, grosso modo, o seu significado visto que todos minimizam esse dado.

Como observamos no Quadro 10, o setor minifundiário dispõe de 15 por cento da área explorada contribui com 25 por cento do total da produção (em valor). Já é um índice bastante revelador.

(1) cf. 'L'Amérique Latine, approche géographique générale et régionale. Sous la direction de Cl. COLLIN DELAVALUT'. Tome I, Bordas, Paris 73, pág. 76.

Ainda sobre a importância relativa da pequena exploração na América Latina ver dados em 'Estudio Económico' - CEPAL - 1970.

(2) COLLIN DELAVALUT, Cl., op. cit. pág. 77.

## QUADRO Nº 10

Valor Total da Produção segundo a categoria do imóvel

	Número de imóveis	%	Área explorada	%	(Cr\$1000) Valor total da produção	
<i>Total</i>	2.592.150	100,00	164.748.256	100,00	23.696.288	100,00
<i>Minf.</i>	1.851.894	71,40	24.306.733	14,75	5.842.783	24,65
<i>Empr.</i>	148.677	5,73	26.666.021	16,18	9.638.203	40,67
<i>Lat-E</i>	591.503	22,81	110.425.358	67,02	8.057.198	34,00
<i>Lat-D</i>	76	-	3.330.143	2,03	158.104	0,66

Fonte: Cadastro 1972

## QUADRO Nº 11

Valor da Produção Vendida, por categoria de imóvel

	Número de imóveis	%	(Cr\$1000) Valor da pro dução vendida	%
<i>Total</i>	1.982.179	100,00	16.656.356	100,00
<i>Minf.</i>	1.361.837	68,70	3.701.329	22,22
<i>Empr.</i>	140.077	7,06	7.276.320	43,68
<i>Lat-E</i>	480.201	24,22	5.574.893	33,47
<i>Lat-D</i>	64	-	103.808	0,62

Fonte: Cadastro 1972

Como se vê, as proporções praticamente se mantêm, o que evidencia o caráter mercantil da maioria das pequenas explorações e a importância do peso relativo que ocupa no total da produção vendida

Como vimos, longe de ser um setor residual, os parcelares tem um peso importante e crescente tanto no número de unidades produtivas, no pessoal ocupado e na sua participação no total da Produção. Essa tendência é simultânea a uma proletarização (que aumenta o contingente dos trabalhadores temporários) resultante do desaparecimento progressivo da parceria e do colonato. Essa tendência (expressa na coexistência contraditória dos dois fenômenos descritos) não é, de modo algum, uma particularidade de nosso País. Alguns autores chegam, no estudo dessa camada campesina, a estabelecer uma diferença entre o parcelar e o parcelar-capitalizado. Sem entrar na crítica aos pressupostos dessa fertilidade conceitual, notemos, de passagem, uma de suas conclusões. Como se pode constatar na *primeira* parte das formações sociais contemporâneas, as relações de produção de tipo capitalista puro estão longe de dominar (na agricultura, nota minha A.S.) entendendo-se que a relação de produção capitalista se define, no sentido estrito do termo, pela oposição entre o trabalhador direto desprovido de meios de produção e um detentor de capital que o explora, proprietário de terra ou não. Ao contrário, percebe-se que os tipos de relações de produção que prevalecem na agricultura são de tipo précapitalista. Précapitalista arcaico como nos sistemas comunitários de parcelares não-capitalizados e de latifúndios de renda ou précapitalista artesanal que confundem o produtor direto e o detentor de capital. (I) Resta-nos portanto avaliar o peso dessas outras formas précapitalistas.

(I) GUTELMAN, Michel - Structures et Reformes Agraire, Maspero, Paris 74, p.128

### § 3 Parceiros e arrendatários

Até aqui examinamos o alcance do proletariado agrícola e da propriedade camponesa. Só nos referimos à Empresa Rural e ao Latifúndio como empregadores de assalariados. Todavia, os dados do Cadastro mostram que o peso de outras formas de extração do sobretabalho, no interior mesmo dessas unidades, está longe de ser desprezível.

Arrendatário é a pessoa ou firma a quem o proprietário de um imóvel, por contrato escrito ou verbal, com prazo determinado ou não, aluga o imóvel, ou parte dele, para a utilização com culturas ou pecuária, cobrando uma importância fixa (mensal, semestral ou anual). A parte do Cadastro já publicada não permite ainda uma avaliação da parte dos arrendatários, que são empregadores de mão de obra assalariada e dos que se incluem na categoria anterior, isto é, pequenos produtores familiares (I). Quando falamos de minifúndio, trata-se apenas da pequena propriedade fundiária pois trabalhamos com dados de um Cadastro de Imóveis. Juntam-se a eles na economia camponesa, uma grande parte dos arrendatários e parceiros. Os primeiros atingiam as 100 mil famílias como se pode deduzir do quadro abaixo.

#### QUADRO Nº 12

Presença de Arrendatários e Parceiros nas várias categorias de imóveis.

	Número de imóveis	Arrendatários	%	Parceiros	%
Total	3.328.267	112.139	100,00	380.249	100,00
Minf.	2.411.653	30.729	27,40	103.180	27,13
Empr.	154.089	15.254	13,60	78.170	20,55
Lat-E	762.359	65.946	58,80	198.327	52,16
Lat-D	166	210	0,18	542	0,14

Fonte : Cadastro 1972

Evidentemente, 60 por cento dos arrendatários se encontram no interior dos latifúndios, sendo sua presença particularmente flagrante nos latifúndios sem assalariados permanentes, como mostra o Quadro 13.

#### QUADRO Nº 13

Presença de arrendatários nos Latifúndios por-Exploração

Imóveis	Número	Arrendatário	%
sem assalariados permanentes	648.331	48.222	73,12
com assalariados permanentes	114.028	17.724	26,87

Fonte : Cadastro 1972

(I) O Cadastro específico dos parceiros e arrendatários que contém esses dados será, certamente, publicado em breve.

Vê-se, no entanto, que a frequência de arrendatários não é muito importante pois tanto neste caso, do latifúndio, como no da Empresa, a relação é próxima de um arrendatário para 10 imóveis. Vale dizer que os dados do Censo são bastante inferiores aos do Censo Agropecuário, segundo o qual existiam em 1970 : 638.251 arrendatários o que representava 1.975.475 pessoas ocupadas. (I) Dado que a definição de arrendatário utilizada no Censo é a mesma, fica, por enquanto, esse ponto obscuro.

*Parceiro* é a pessoa que, com contrato escrito ou verbal, por prazo determinado ou não, se compromete a explorar parte ou todo de um imóvel rural e paga ao cedente um percentual da produção. O parceiro também é denominado terceiro, quartista, meeiro, porcentista, etc. (Excluem-se portanto os trabalhadores pagos ao dia, semana ou mês, assim como os trabalhadores que, por tarefa ou empreitada, fazem qualquer tipo de serviço como : plantio, colheita, roçada, derrubada, limpeza do pasto, etc.

É mais do que significativa a presença de parceiros no setor latifundiário, como já vimos no Quadro 12. É verdade que calculando a frequência, veremos que existe um parceiro para cada duas Empresas Rurais enquanto que no setor do latifúndio essa relação é de 1 para 4. E aqui também, são muito mais numerosos lá onde existe assalariados permanentes : 80 por cento no latifúndio e 70 por cento na Empresa Rural.

No entanto, não podemos considerar todos os parceiros como pequenos camponeses. CAIO PRADO JR mostrou que a parceria não pode ser utilizada para se falar de "natureza semi-feudal de nossa economia". Mas não equacionou de maneira correta o problema, caindo no simplismo de dizer que não passa de uma simples relação de emprego, com remuneração in natura do trabalho. "A nossa parceria assimila-se, assim, antes ao salariado, e constitui, pois, em essência, uma forma capitalista de relação de trabalho". (2)

Em primeiro lugar, existem duas formas principais de parceria no Brasil. Além dessa que o autor descreve, encontra-se também o caso do pequeno produtor familiar que possuindo os instrumentos de trabalho usa a terra de um proprietário em contrapartida de uma parte de sua produção. Em segundo lugar, se o parceiro, seja qual for a sua situação específica, tem o direito de comercializar a sua parte da produção, ele é um pequeno produtor de mercadorias. É portanto explorado pela renda-trodo que paga e pela venda de sua produção bem abaixo de seu real valor. Isso não quer dizer que não haja uma categoria de 'parceiros' que não assumem esse caráter de pequenos produtores mercantis independentes, sendo de certa forma, empregados, pagos in natura. Mas essa distinção é feita pelas próprias estatísticas burguesas. No Censo Agropecuário, os parceiros aparecem tanto como condição do produtor como quanto pessoal ocupado. No primeiro caso o Censo considerou os estabelecimentos cujas terras fossem de propriedade de terceiros e estivessem sendo exploradas em regime de Parceria, mediante contrato verbal ou escrito, do qual resultasse a obrigação de efetuar pagamento ao proprietário, de um percentual da produção obtida. No segundo caso, os parceiros são as pessoas subordinadas à administração do estabelecimento.

(I) cf. Anuário Estatístico - 1973 - IBGE

(2) PRADO JR, Caio - op.cit. p. 52 e 53

lecimento que percebiam, como remuneração, parte da produção obtida com seu trabalho. Quanto aos primeiros, já se dispõe do resultado global. Existiam em 1970, 381.759 pequenos produtores em regime de parceria englobando 1.166.242 pessoas ocupadas (1). Note-se de passagem que esse número corresponde quase que exatamente com o obtido pelo cadastro. Esses 380 mil parceiros devem ser acrescentados, também, aos pequenos proprietários (minifúndios) e a uma parte dos arrendatários, para que se forme uma idéia geral da economia camponesa em nosso País.

A mudança na conceituação do Censo impede uma apreciação imediata sobre a evolução do número de parceiros, mesmo a nível estadual. Não há dúvida, no entanto, que qualquer lei peremptória sobre o rápido desaparecimento da parceria em favor do arrendamento seria pura i i r c ncebida. A parceira tende a voltar em determinadas situações ligadas às características naturais da produção (riscos na produção do algodão, por exemplo) ou fatores conjunturais e de mercado (crises) (2). O número de arrendatários diminuiu, entre 1960 e 1970, no Estado de São Paulo, de 118.751 para 96.420 com uma diminuição correlata da área de 1,6 para 1,4 milhões hectares.

Resta-nos avaliar a parte dos arrendatários e parceiros que podem ser considerados camponeses, isto é, incluídos na categoria de pequenas explorações familiares. O Quadro 14 serve de estimativa

QUADRO Nº 14

Arrendatários e Parceiros segundo o grupo de área.

BRASIL

Grupos de área (ha)	ARRENDATÁRIOS		PARCEIROS	
	Estabelecimento	%	Estabelecimento	%
menos de 20	552.503	86,56	346.170	90,67
20 a 50	34.095	5,34	24.315	6,36
50 a 100	16.473	2,51	5.229	1,36
100 a 1000	30.813	4,82	5.325	1,39
mais de 1000	1.182	0,18	311	0,08
<b>totais</b>	<b>638.251</b>	<b>100,00</b>	<b>381.759</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Anuário Estatístico-73 IBGE

A esmagadora maioria dos parceiros e arrendatários são pequenos produtores como mostra o quadro anterior. Totalizam quase 900 mil (se só contarmos os arrendatários e parceiros dos estabelecimentos com área inferior a 20 hectares).

(1) Anuário Estatístico - 1973 IBGE

(2) Ver sobre o tema o interessante trabalho de Ana Elisa BRITO GARCIA "Contribuição para o Estudo do Arrendamento e da Parceria no Estado de São Paulo", tese, São Paulo, 1972 (USP)

Finalmente cabe relembrar que o Cadastro não inclui os posseiros. Através do Censo Agropecuário sabemos que existiam em 70 : 812.985 ocupantes. Ocupante é o produtor cuja exploração se processa em terras públicas devolutas ou de terceiros (com ou sem consentimento do proprietário) nada pagando o produtor pelo seu uso.

QUADRO Nº 15

Ocupantes, Brasil, 1970, por grupos de área

Menos de 20	657.261	80,84
20 a 50	72.470	8,91
50 a 100	27.628	3,39
100 a 1000	37.847	4,65
mais de 1000	2.103	0,25
<b>Total</b>	<b>812.985</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Anuário Estatístico 1973 IBGE

Recapitularemos, para finalizar, os dados globais que mostram o peso relativo de cada um dos setores descritos. O setor capitalista, propriamente dito, é composto, grosso modo, de umas 300 mil empresas que empregam, mais ou menos, 3 milhões de assalariados, dos quais são 0,8 milhões permanentes. Outros 3 milhões assalariados trabalham nos latifúndios, onde se conjuga, de maneira complexa, o trabalho assalariado eventual e outras formas de extorsão do sobre-trabalho. No entanto, grande parte desses 5,2 milhões de temporários ativos nesses dois sub-setores são camponeses pobres e outra parte, camponeses-sem-terra. No setor campones encontramos: a) Os 2,4 milhões de pequenos proprietários auxiliados por 3 milhões de dependentes e abrigando um total de 11 milhões de pessoas. b) Por volta de 900 mil arrendatários e parceiros que, com suas famílias, trabalham, em maioria, no interior dos Latifúndios e das Empresas, entendidos aqui como imóveis, é evidente. c) Pelo menos 650 mil posseiros. No total, essas três categorias representam por volta de 4 milhões de famílias camponesas.

Esta primeira, e incipiente descrição já é suficiente para mostrar porque não podemos concordar com os companheiros que pretendem que a maioria da população 'camponesa' tem, como forma principal de relação de trabalho, a forma assalariada, pura ou encoberta, juntamente com uma parcela ponderável de agricultores pequenos e médios proprietários trabalhando sob a forma de produção mercantil. As outras formas de exploração existentes mais atrasadas devem ser mais estudadas, ainda que seu peso econômico seja relativamente pequeno. (I). Ainda que concordemos com a negação da tese 'fundamental', não podemos deixar de notar que o peso social e econômico da pequena produção mercantil é mais que ponderável (eufemismo do autor) sendo, além de tudo, um setor em expansão. Isso posto, de pouco vale afirmar que é principal a forma assalariada nas relações de trabalho. Não muda, nem de um centímetro, a necessidade absoluta de uma aliança (de classes), entre operários agrícolas e camponeses na luta contra a ditadura, pela terra e por melhores condições de existência. Esta aliança não pode ser entendida como convergência circunstancial, mas como centro do bloco histórico que dará consequência revolucionária à luta pela democracia em nosso país.

(I) WRIGHT, Paulo - Contribuição ao Aprofundamento da Análise das Relações de Produção na Agricultura Brasileira in Brasil Socialista, nº 1, 75



PETRÓLEO : MONOPÓLIO ESTATAL E CONTRATOS DE RISCO

Marta Alves

Num artigo publicado em DEBATE-15 (maio de 74), desenvolvemos a análise da ação estatal no setor do petróleo, chegando, entre outras, à conclusão de que "o Estado supre às deficiências da acumulação interna de capital ou à insuficiência de investimento estrangeiro no setor petroquímico ao mesmo tempo em que tende a devolver aos monopólios imperialistas a produção de petróleo" (DEBATE -15, pág. 32). Desnecessário dizer que os recentes acontecimentos só vieram confirmar esta análise que, todavia, ainda se colocava num nível bastante genérico posto que tratava de tendências que ainda estavam longe de se configurar claramente, mas das quais já se podia observar os prenúncios.

Atualmente já se torna possível analisar de forma muito mais concreta as pressões e contradições que cercaram tanto a campanha sobre os contratos de risco quanto a decisão da ditadura de abrir mão do monopólio estatal da prospecção, da exploração e quisas do transporte de petróleo.

Não pretendemos analisar aqui as razões concretas da intensificação no período recente da cobiça imperialista em relação ao petróleo: são por demais evidentes. Interessa-nos muito mais ver as formas que tomaram as pressões imperialistas e a maneira com que souberam aproveitar as contradições políticas das classes dominantes brasileiras assim como as contradições econômicas engendradas pela política econômica da ditadura.

Numa primeira fase, as pressões imperialistas só se manifestaram nos contatos de alto escalão entre representantes da Petrobrás e de companhias estrangeiras ou na ocasião de contactos entre os governos imperialistas e a ditadura brasileira - notadamente quando da visita de William Rogers ao Brasil em maio de 1973. Só se podia acompanhar essas pressões por alusões veladas ou breves notas na imprensa brasileira. É desta primeira fase que trata o artigo publicado em DEBATE 15. Tudo indica que essa primeira fase se caracterizou sobretudo por pressões econômicas,.

Em todo caso, mesmo que tenha havido certas pressões políticas neste período, elas não assumiram o carácter de mobilização política aberta dos setores pró-imperialistas em torno da questão.

As pressões econômicas do imperialismo nesta primeira fase, que corresponde grosso modo ao ano de 1973 e inícios de 1974, envolveram, conforme já descrito em DEBATE 15, questões relacionadas com o financiamento externo da Petrobrás, com as atividades de prospecção e exploração em território estrangeiro da Braspetro - subsidiária da Petrobrás que desde sua criação em 21/7/1971, tem se associado com companhias estrangeiras para lavra de petróleo no exterior. No entanto, a partir de meados de 1974, quando começou a ficar claro que a dívida externa brasileira tendia a aumentar em progressão quase que geométrica ao mesmo tempo em que as reservas de divisas diminuiam rapidamente e que as necessi-

dades de contrair novos empréstimos para saldar dívidas antigas e para enfrentar o déficit crescente da balança de pagamentos se faziam mais prementes, aí se concentraram fundamentalmente as pressões econômicas / do imperialismo. Tudo indica que uma das condições impostas para a concessão de novos empréstimos tanto pelos organismos internacionais e agências governamentais capitalistas quanto pela alta finança internacional, tenha sido a associação da Petrobrás com os grandes monopólios internacionais para a exploração de petróleo no Brasil. O mais claro / porta-voz dessas pressões foi, como era de se esperar, o atual embaixador na Grã-Bretanha - Roberto Campos. Em repetidas declarações ele afirmou que o Brasil só conseguiria novos empréstimos se melhorasse sua "credibilidade externa" e "aceitasse dar garantias de sua boa vontade num setor que ven se tornando estratégico para a economia-mundial".

Em outubro de 1974, um mês portanto antes das eleições legislativas, começaram a aparecer os primeiros indícios de uma mobilização mais-intensa dos setores pró-imperialistas. Na medida em que se estava numa época de campanha eleitoral bastante movimentada, êsses indícios apareceram no "negativo", isto é, começou-se a se afirmar enfaticamente, que o monopólio da Petrobrás era intocável. Assim, o general Araken de Oliveira, ao tomar posse na presidência da Petrobrás no dia 3/10/1974 disse: "a Lei 2004 que criou o monopólio estatal do petróleo foi uma das decisões das mais acertadas, pois hoje outros países seguem a mesma concepção daquele ato, estatizando as atividades referentes ao petróleo e seus derivados". Na mesma cerimônia, o ministro Shigeaki Ueki disse por sua vez que o governo "mantém o firme propósito de fortalecer cada vez mais a Petrobrás que continuará trabalhando dentro dos seus objetivos plenamente definidos pela Lei 2.004. No mesmo dia, aliás, por coincidência do dia do 21º aniversário da Petrobrás, a despeito dos pressupostos constitucionais que asseguram ao Brasil o monopólio estatal".

Foi somente após as eleições legislativas de novembro de 1974, que a mobilização dos setores pró-imperialistas assumiu feições abertas, coincidindo com a divulgação de notícias referentes à existência de grandes reservas de petróleo na plataforma submarina brasileira.

Criou-se um clima de sensacionalismo e de euforia em torno dessas notícias. Persistem até hoje grandes dúvidas sobre a potencialidade dos lençóis petrolíferos da área de Campos, mas na época foi organizada uma vasta campanha afirmando que o Brasil chegaria em dois anos à auto-suficiência em petróleo e em cinco anos se tornaria um grande exportador do produto. Esta campanha partiu dos mais altos escalões da ditadura, embora segundo a fórmula eufemística empregada pelo jornal liberal de direita pró-imperialista "O Estado de São Paulo" estas informações tenham tido um carácter extra-oficial. No dia 30 de novembro de 1974, podemos ler neste jornal que o secretário de imprensa da Presidência da República, Humberto Barreto informou "extra-oficialmente" que: "a previsão de 400 mil barris diários para o Campo de Garoupa já está inteiramente superada. Chega a admitir falar em um milhão de barris diários o que daria ao Brasil a condição de exportador de petróleo de vez que o atual consumo nacional está em 850 mil barris". E afirmava o senador Jarbas Passarinho: "Não é irresponsável o governo, não é irresponsável o ministro da Fazenda, quando declaram que nós, dentro de dois anos, poderemos chegar à produção de um milhão de barris diários, colocando o Brasil

em posição excelente". (Estado de São Paulo de 3/12/1974). Apenas algumas tímidas notas citando como fonte "técnicos da Petrobrás", indicavam - que não se podia ainda fazer nenhuma previsão quanto ao potencial petrolífero das jazidas e que portanto o clima de euforia criado não se justificava.

Quais teriam sido as razões desta campanha sensacionalista? Diversas interpretações foram apresentadas. Algumas privilegia o aspecto político da questão. É o caso por exemplo do jornalista Carlos Castello Branco - que afirma: "O governo acaba de cobrir sua derrota eleitoral com o anúncio da espetacular vitória empresarial. A auto-suficiência em abastecimento de petróleo proclamada pelo gabinete do Presidente da República e pelo Ministro da Fazenda coroa uma programação de 20 anos" (Jornal do Brasil, 1/12/1974). Enquanto que outras interpretações vêem no sensacionalismo criado, mais um aspecto ligado à campanha dos grandes monopólios estrangeiros. Na "Tribuna da Imprensa" de 30 de novembro de 1974, Helio Fernandes escrevia: "... A direção da Petrobrás identificou e detectou o dedo das multinacionais nas notícias sensacionalistas sobre a ocorrência de petróleo em Campos. A descrição da empresa foi transformada de repente em verdadeiro carnaval e o que é mais estranho por parte de alguns jornais que sempre tiveram má vontade com o monopólio do petróleo.

... Os altos executivos da Petrobrás explicam esta jogada da seguinte maneira: alardeando que o país se tornará auto-suficiente em petróleo explorando a plataforma continental... não se justificaria que o país despendesse grandes quantias de dinheiro para pesquisar a Amazônia... Concentrados (os recursos) na plataforma continental, a Amazônia ficaria aberta ao capital de risco das multinacionais." Parece justo ver o dedo das multinacionais na campanha sensacionalista, desde que se acrescente que não foram apenas os jornais pró-imperialistas que estiveram na origem desta campanha, mas principalmente a ditadura por intermédio de declarações de ministros e porta-vozes oficiais.

A "estratégia amazônica" dos grandes monopólios internacionais, no entanto, não foi confirmado pelo desenrolar posterior dos acontecimentos. Estes indicaram pelo contrário que o sensacionalismo foi sobretudo uma forma de se começar a falar abertamente nos contratos de risco, nem que fôsse para dizer: "A associação com capitais estrangeiros para a prospecção era uma hipótese recomendável antes das grandes descobertas de agora. Já, hoje, porém corresponderia a privar a Petrobrás dos frutos de seu próprio trabalho e eficiência. A opção pelos contratos de risco com empresas estrangeiras, no momento, deixou de fazer sentido" (O Globo -, 28/4/1975). No momento em que ficou claro que a tão propalada auto-suficiência não seria alcançada em tão breve prazo e que as reservas de Campos eram bastante inferiores às primeiras declarações oficiais, isto permitiu que os pró-imperialistas voltassem à carga dizendo: "Resta como solução, a fim de complementar os recursos e a tecnologia que a Petrobrás já dedica à prospecção de petróleo e fazer com que esta atividade alcance o nível adequado às necessidades brasileiras, a tática de distribuição de risco. Em outras palavras, convidar empresas que tenham recursos e estejam dispostas a procurar petróleo no Brasil a fazê-lo sob contrato." (Jornal da Tarde de 19/5/1975.).

Começava neste momento um verdadeiro jogo de "esconde-esconde" dos altos escalões da ditadura.

Seria necessário um compêndio para se fazer o levantamento dos pronunciamentos contraditórios e dos desmentidos, emitidos às vezes pelas mesmas pessoas à poucos dias de distância. Assim por exemplo, Ueki, que jogou um papel importante na campanha pró-imperialista, preconizou em 15 de maio de 1975 a "abertura de um debate em torno da oportunidade de adotar-se o sistema de contratos de risco para a exploração do petróleo brasileiro", para fazer a 14 de junho de 1975 "um pedido para que seja encerrada a discussão sobre o estabelecimento de contratos de risco... (já que) é absolutamente improcedente a notícia de que o ministro de Minas e Energia busca enfraquecer o monopólio estatal de petróleo. Reiteradas vezes realçamos os aspectos positivos do monopólio e, vendo o rumo dos debates, na base de à favor ou contra o monopólio, afirmamos por escrito, à risca, a letra e o espírito da Lei 2004" (Estadão). Enquanto isso, não passava um dia sem que a grande imprensa pró-imperialista publicasse editoriais ou declarações favoráveis à abertura do monopólio estatal da Petrobrás, ou eufemisticamente ao "estabelecimento de um monopólio pragmático".

Esta ampla mobilização política em torno da questão permite distinguir as diversas correntes existentes no seio da burguesia brasileira - assim como seus diversos projetos políticos e econômicos, e o jogo que deram lugar. Os partidários dos contratos de risco com empresas estrangeiras, quer reconhecendo abertamente que isto representa o fim do monopólio estatal quer procurando sofismar dizendo que o monopólio permanece intocado pois a Petrobrás terá o controle dos contratos, representavam na verdade uma aliança entre diversos setores da burguesia brasileira.

Em primeiro lugar, como é óbvio, os setores abertamente pró-imperialistas representados pelos jornais o Estado de São Paulo, Jornal do Brasil, pelos Srs. Roberto Campos, Simonsen, Delfim Neto, etc... Às vezes se aliaram representantes do capital monopolista nacional que na época começava a travar sua batalha contra a "estatização da economia" e até representantes conhecidos do nacionalismo de direita, como Albuquerque Lima. É necessário analisar esta aliança aparentemente bastante heterogênea.

A burguesia monopolista brasileira aliou-se aos monopólios estrangeiros e aos setores abertamente pró-imperialistas do país tanto na luta contra a "estatização" quanto na questão dos contratos de risco. Mas as contradições desta mesma burguesia com os monopólios estrangeiros a tem levado a lutar em separado para obter a exclusividade do financiamento público, das encomendas estatais e dos diversos incentivos, o que lhe permitiria introduzir-se nos setores de produção de bens de equipamento e nos que proventura fossem "desestatizados", bem como enfrentar a concorrência dos monopólios estrangeiros. Esta fracção da burguesia brasileira se exprime por exemplo através da revista Visão, propriedade do empresário Maksoud. No número de 23/6/1975, lê-se: "Estatização e desnacionalização, caminhando juntas, vão alijando a empresa nacional, desestimulando o empreendedor nacional, que se retrai, vendo riscos acima dos que pode correr e sentindo o clima que não lhe é propício. Poderá chegar o dia do confronto final entre as empresas estatais e as transnacionais ou as multinacionais... é óbvio que a empresa estatal predominará... A desnacionalização acabará em total estatização. Essa cadeia de

equívocos precisa ser desfeita para que não tenhamos a iniciativa privada nacional atacada pelas forças de esquerda, pelo capital estrangeiro e pelo próprio Estado". Politicamente, este setor como já o indicamos em várias oportunidades, inclusive no editorial do presente número constatando que a negação do liberalismo político pela ditadura militar-terrorista levou numa certa medida à negação do liberalismo econômico - ao menos tal como o entenderam os ideólogos burgueses do século passado, se inclina para o liberalismo de direita, isto é, pela gradual eliminação dos aspectos terroristas do atual regime ditatorial, substituindo-o por um regime constitucional no qual a grande burguesia exerceria diretamente o poder político.

O nacionalismo de direita, não é apresentado e com justa razão - em nosso editorial como sendo uma corrente burguesa com perspectiva histórica. Com efeito, aquilo que em 1969 ficou conhecido como sendo o "albuquerquismo" mostrou que seu "nacionalismo" não implicava nenhuma ruptura com a dominação imperialista e que muito pelo contrário bastavam algumas pressões do imperialismo para que se submetesse inteiramente. - Albuquerque Lima que deu seu nome à esta corrente "nacionalista" declarou-se claramente favorável ao estabelecimento dos contratos de risco, e segundo o que notícia Visão de 12/1/1976, parece que seu prêmio, será a presidência da Petrobrás o que lhe conferirá a duvidosa honra de assinar os primeiros contratos de risco.

Os setores que tomaram posição contra os contratos de risco foram ainda mais heterogêneos em sua composição. Compreenderam desde o nacionalismo democrático, alguns setores nacionalistas do Exército que pertenceram à chamada corrente "albuquerquista", setores ligados à ditadura, que em sua maioria se apressaram em fazer "auto-crítica" logo após o anúncio da decisão do ditador Geisel, mas dos quais boa parte é liberal de direita,, partidária da distensão como o Senador da Arena - Teotônio Vilela, que comentou assim a decisão de Geisel: "Na normalidade democrática, a lei é o poder; na excepcionalidade democrática, o poder é a lei".

Além dos partidários da distensão, há também os que são favoráveis à manutenção do atual estado de coisas, incluindo o reforço da "estatização" e dos poderes discretionários do Alto Comando Militar. Confusão reveladora da incapacidade em que está a burguesia para formular / um projeto político e econômico coerente.

Os defensores da manutenção do monopólio estatal da pesquisa, exploração e transporte do petróleo não utilizaram, com raras exceções, argumentos políticos que tornassem possível uma certa mobilização popular em torno da defesa do monopólio. Os riscos eram grandes para esta corrente, que como vimos é extremamente heterogênea, de que esta mobilização transbordasse a questão do monopólio estatal do petróleo. Assim a maior parte dos argumentos utilizados foram exclusivamente econômicos e técnicos, envolvendo críticas, o mais das vezes veladas à política econômica praticada. A crítica mais importante diz respeito especificamente à política petrolífera do Brasil nos últimos anos. Num período em que se tornava evidente que haveria uma subida importante de preços a mais ou menos curto prazo, os investimentos da Petrobrás em prospecção diminuíram regularmente enquanto se baseava todo o sistema de transportes do país nas rodovias em detrimento do sistema ferroviário brasileiro relegado à completo abandono. Enquanto isto, a Petrobrás investia centenas de

milhões de dólares nas atividades exteriores da Braspetro, considerando que o principal problema era assegurar o abastecimento pouco importando o preço. O fracasso das perfurações da Braspetro no exterior foi tal que o próprio Geisel anunciando sua decisão de estabelecer contratos de risco no Brasil teve que limitar a contribuição dessa filial da Petrobrás: "Obter experiência sobre a natureza e execução de contratos desse tipo, inclusive quanto aos aspectos jurídicos o que efetivamente se conseguiu, através do que a Braspetro firmou em diversos países". O mínimo - que se pode dizer é que foi uma experiência que custou caro ao país. Foi somente a partir de 1974 que os investimentos da Petrobrás em território nacional voltaram a se elevar. É nesse momento que, segundo o MDB - do qual boa parte, mas não a totalidade dos integrantes foi contrária ao estabelecimento dos famigerados contratos de risco - se deveria ter tomado medidas de contenção das importações e de restrições ao consumo - de gasolina. Na opinião do MDB, teria sido assim possível evitar que a dívida externa líquida (dívida bruta menos reservas) triplicasse em dois anos, colocando o Brasil à beira da insolvência externa e oferecendo assim um instrumento de pressão e de chantagem do imperialismo.

Depois do anúncio da decisão ditatorial, contestou-se que a realização dos contratos pudessem contribuir a resolver os problemas econômicos criados pela irresponsabilidade do "pragmatismo responsável" no plano econômico. E essa contestação apoiou-se no próprio discurso de Geisel. Assim, a nota oficial do MDB divulgada no dia seguinte ao discurso, manifesta sua "estranheza pela evidência da desnecessidade da alteração imposta à Petrobrás ressaltada no próprio discurso do sr. Presidente da República, quando reconhece que a curto prazo os contratos de risco são inócuos e a médio e longo prazo a exploração de novos campos já detectados, a produção e a mistura de álcool anidro..... terão reduzido a gravidade do problema do petróleo a dimensões muitas vezes menores do que as atuais, mesmo que novos campos não venham a ser descobertos no País, até pelo menos na década dos oitenta". A nota conclui que: "Salta aos olhos a evidência de que, na origem da decisão governamental, há outras razões não declaradas. A recente visita do ministro da Fazenda aos Estados- Unidos e a alegação por ele feita na reunião do Ministério, da importância dos contratos de risco para a manutenção da credibilidade do Brasil no exterior; a inesperada vinda do embaixador Roberto Campos poucos dias antes; a rapidez injustificável e todo o clima de pressão e de desinformação que cercou a mudança de rumo da Petrobrás, deixam entrever todo o jogo de forças que atuou no episódio" (Estado de São Paulo 11/10/1975).

Ainda é muito cedo para saber que forma tomarão as contratos de risco e o peso que terão na exploração de petróleo no Brasil, quais as áreas onde se aceitará a participação dos monopólios estrangeiros, como serão realizados os pagamentos à essas empresas caso descubram petróleo e a quanto montará o pagamento. O atraso na divulgação da minuta dos contratos de risco prometida para dezembro de 1975 mostra que persistem hesitações nas altas esferas do regime a respeito destas diversas questões.

É evidente que as áreas que publicamente foram declaradas como contendo petróleo, dificilmente poderão ser entregues ao capital estrangeiro, mas sabe-se que diversas áreas foram detectadas sem que isso fosse anunciado publicamente. Quanto à questão da forma do pagamento, anunciou-se inicialmente que o pagamento seria feito exclusivamente em

dinheiro até que o Brasil alcançasse a auto-suficiência, mas Ueki declarou recentemente que o Brasil poderá pagar em óleo, o governo brasileiro tendo prioridade na compra deste petróleo aos preços internacionais. - Caem assim por terra os argumentos segundo os quais a decisão de estabelecer contratos de risco era a única opção diante do peso que as importações de petróleo representavam para a balança de pagamentos. Esta reviravolta tão costumeira do ministro de Minas E Energia deveu-se ao fato de que os grandes monopólios imperialistas não aceitaram a fórmula do pagamento em dinheiro, e ameaçaram como novas represálias ao nível do financiamento da dívida externa.

A primeira e aliás única oferta concreta aceitando o pagamento em dinheiro foi a da União Soviética, cujo interesse pelos contratos de risco mostra que para ela, - negócios são negócios.

Assim depois de 22 anos de soberania nacional em termos de petróleo, o Brasil por decisão da ditadura, volta a ficar à mercê das chantagens do Cartel do petróleo, no momento em que mesmo países politicamente ultra reacionários como a Arábia Saudita ou o Kuwait entenderam a necessidade de preservar e valorizar suas riquezas naturais. Uma vez mais, a traição nacional é o corolário do terror reacionário.

Marta Alves

OUTROS ARTIGOS DE MARTA ALVES PUBLICADOS EM DEBATE:

"Uma análise crítica sobre o documento 'O Partido e a Vanguarda'" (DEBATE-1, fevereiro 1970)

"O setor de Estado a serviço dos monopólios- I Petróleo" (DEBATE-15, maio 1974)

"O setor de Estado... -II Siderurgia" (DEBATE-16, outubro 1974)

"O setor de Estado... - III Energia Elétrica" (DEBATE-17, janeiro 1975)

"Contribuição a uma análise marxista da questão feminina" (em co-autoria com Joana Almeida e Maria Ribeiro) (DEBATE 17, janeiro 1975)

"A esquerda brasileira e a Economia Política burguesa" (DEBATE-19, agosto 1975)

OUTROS ARTIGOS DE A. SILVA PUBLICADOS EM DEBATE:

"Impressões de uma primeira leitura" (polêmica sobre o documento ACN) (DEBATE-7, setembro 1971)

"A reorganização dos leninistas brasileiros" (polêmica sobre o documento ACN) (DEBATE-8; dezembro 1971)

"A tendência leninista na ALN e o leninismo" (polêmica sobre o documento ACN) (DEBATE-11, janeiro 1973)

"O setor agrário I-Leite" (DEBATE-14, janeiro 1974); "O setor agrário

"O setor agrário II-Carne" (DEBATE-15, maio 1974) ; III- Trigo e soja" (DEBATE-16, outubro 1974)

"O setor agrário-Relatório ao Tribunal Russell II" (DEBATE-18, abril 1975)

500

DEBATE está à venda nas seguintes livrarias:

FRANÇA: Librairie Portugaise et Brésilienne  
33, rue Gay-Lussac / 75005 Paris

PORTUGAL: (1)- Livraria Opinião  
Rua Nova da Trindade, 24 / Lisboa

(2)- Livraria Leitura  
Rua de Ceuta, 88 / Porto

ESCANDINAVIA: (1)- Bokcafét (Estocolmo e Lund)

(2)- Tronsmo Bokhandel  
Christian Augustsgt. 19 / Oslo

ITALIA: (1)- Libreria Rinascita  
Via delle Botteghe Oscure 1,2,3 / Roma

(2)- Libreria Internazionale Paesi Nuovi  
pza. Montecitorio 59-60 / Roma

---

CORRESPONDENCIA, PEDIDOS DE ASSINATURAS E DE NUMEROS ATRAZADOS:

DEBATE  
c/o J. Bourderie  
146, rue Montmartre  
75002 Paris  
FRANÇA

INDICE DO PRESENTE NUMERO:

APRESENTAÇÃO	-----	p.3
EDITORIAL :		
A SITUAÇÃO POLITICA NACIONAL	-----	p.4
A. Silva:		
OS EXPLORADOS DO CAMPO	-----	p.17
Marta Alves:		
PETROLEO : MONOPOLIO ESTATAL E CONTRATOS DE RISCO	-----	p. 34